

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE TECNOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA AMBIENTAL

RODRIGO YUITI IZUMI

FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA  
PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA PARA O  
TERCEIRO SETOR

CURITIBA  
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE TECNOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA AMBIENTAL

RODRIGO YUITI IZUMI

FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA PROJETOS  
SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA PARA O TERCEIRO SETOR

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao curso de Engenharia Ambiental, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, à conclusão do curso de Engenharia Ambiental.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Sigrid de Mendonça Andersen.

CURITIBA

2016

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu Mestre da vida Daisaku Ikeda que, dedicou-se ao incentivo, diálogos, livros e discursos onde nestes, faze-me refletir e interessar pela temática ambiental.

Aos meus familiares pelos diversos tipos de apoio, pela paciência de me aturar em épocas de avaliação, por muitas vezes me confortar em períodos difíceis e pelo depósito de esperança.

À minha querida orientadora Sigrid Andersen, que surgiu em meio as 'diferenciais' e 'integrais' simplesmente somando seu espetacular conhecimento social.

Aos meus eternos colegas Erika, Gabriel, Gabriele, João Pedro, Melina, Patrícia, Rafael e Rena por me alegrar com seus particulares jeitos e compartilharem suas histórias nesta jornada.

À todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para minha chegada até aqui.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA – Agência Nacional das Águas

CEPEAM – Centro de Pesquisa e Estudos Ambientais do Amazonas (Instituto Soka)

CF – Constituição Federal

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

COP – Convenção das Partes

FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

IPCC – Painel Internacional de Mudanças Climáticas

MMA – Ministério do Meio Ambiente

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONG – Organização Não Governamental

OSCIP – Organização Social Civil de Interesse Público

PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente

PPG7 – Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

PROGRAM – Programa Nacional de Apoio à Gestão Ambiental Municipal

RFT – Fundo Fiduciário de Florestas Tropicais

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente

TCFA – Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental

UFPR – Universidade Federal do Paraná

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1:** Limites do Bioma Amazônia, Amazônia brasileira e a Amazônia Legal.

**Figura 2:** Gráfico de Pizza para visualização de percentuais disponíveis de água na Terra; Água doce disponível quase não aparece devido a sua reduzida quantidade.

**Figura 3:** Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas: porção brasileira.

**Figura 4:** O vento 'jato de baixa altitude sul-americano'.

# SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LISTA DE FIGURAS

RESUMO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2. OBJETIVOS</b> .....	9
<b>2.1. Objetivo Geral</b> .....	9
<b>2.2. Objetivos Específicos</b> .....	9
<b>3. JUSTIFICATIVA</b> .....	10
<b>4. METODOLOGIA</b> .....	11
<b>5. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	12
<b>5.1. A Importância da Amazônia</b> .....	12
5.1.1. <i>Aspectos Ambientais</i> .....	12
5.1.2. <i>Aspectos Sociais</i> .....	20
5.1.3. <i>Aspectos Econômicos</i> .....	21
<b>5.2. O Terceiro Setor</b> .....	22
<b>5.3. Convenções e Protocolos Ambientais</b> .....	24
<b>6. MECANISMOS, RECURSOS FINANCEIROS E EXEMPLO DE APLICAÇÕES</b> 28	
<b>6.1. Mecanismos e Recursos Financeiros para o Meio Ambiente e o     Desenvolvimento Sustentável</b> .....	28
<b>6.2. Exemplos de Projetos Ambientais e Socioambientais Aplicados à     Amazônia Legal</b> .....	31
<b>7. DISCUSSÃO</b> .....	36
<b>8. CONCLUSÃO</b> .....	38
<b>9. REFERÊNCIAS</b> .....	40
ANEXO I – Cardápio das Fontes de Recursos Descritas em Formato Categórico ...	45

ANEXO II – Lista com descrição de fundos específicos para projeto a base de crédito de Carbono.....	59
---	----

## RESUMO

A Amazônia é um dos maiores Biomas do mundo e representa um terço das florestas tropicais existente, estendendo-se por oito países. No decorrer dos tempos, problemas ambientais e sociais foram identificados surgindo a necessidade de ação e estratégia para proteção destes aspectos. Sabe-se que nem todos os fundos são ambientais. Entretanto, a maioria dos fundos existentes é destinada a preservação do meio ambiente e à promoção do desenvolvimento sustentável. Nascido de múltiplas necessidades entre o Estado e o setor privado, o terceiro setor constitui-se na esfera de atuação pública não-estatal, formado a partir de iniciativas privadas, voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido do bem comum. Este trabalho busca por meio de pesquisa bibliográfica assuntos que convirjam para a compreensão da importância da Amazônia e a relevância de projetos socioambientais, buscando recursos financeiros para aplica-los à estes projetos, por parte do ou junto ao Terceiro Setor.

**Palavras chave:** Amazônia, terceiro setor, fundos ambientais.

## ABSTRACT

The Amazon is one of the major biomes of the world and represents one third of the existing tropical forests, spanning eight countries. In the course of time, environmental and social problems were identified emerging need for action and strategy for protection these issues. It is known that not all funds are environmental. However, most of existing funds is aimed at preserving the environment and promoting sustainable development. Born of the multiple needs between the state and the private sector, the third sector is in the sphere of non-state public action, formed from private, voluntary initiatives, non-profit in the sense of the common good. This work search through literature matters converge to understanding the importance of the Amazon and the relevance of environmental projects seeking funds to apply them, on the part of or with the Third Sector.

**Keywords:** Amazon, third sector, environmental funds.

## 1. INTRODUÇÃO

A floresta Amazônica representa um terço das florestas tropicais do mundo, desempenhando papel imprescindível na manutenção de serviços ecológicos, tais como, garantir a qualidade do solo, dos estoques de água doce e proteger a biodiversidade. Processos como a evaporação e a transpiração de florestas também ajudam a manter o equilíbrio climático fundamental para outras atividades econômicas, como a agricultura (AZEVEDO, 2001).

Como forma de preservar este e os demais bens naturais, cada vez mais, os países intensificam suas políticas públicas para proteção do meio ambiente. Haddad (2010) comenta sobre esta intensificação “através do crescente uso de instrumentos de mercados – impostos, taxas, financiamentos, títulos negociáveis – para estimular e incentivar as práticas ambientalmente amigáveis de acumulação, de produção e de consumo da sociedade”.

Sobretudo pelas condições do desenvolvimento as estratégias de preservação foram se adaptando. O movimento ambientalista passou por mudanças significativas, migrando do preservacionismo para o socioambientalismo, na medida em que a noção de sustentabilidade passa a englobar também os aspectos sociais econômicos inerentes ao desenvolvimento sustentável (VIEIRA, 2006).

Vieira (2006), também alerta que “a realidade socioambiental brasileira atual está muito distante do próprio conceito de socioambientalismo” e que para uma gestão socioambiental é necessário não só o conhecimento de sustentabilidade do ecossistema como também a social e cultural. E conclui que “a cidadania se faz mais ativa quando o cidadão participa efetiva e permanentemente na gestão dos negócios públicos e nos interesses gerais da sociedade”.

Esta última afirmação é também registrada por Salamon (1997), ao questionar ‘quando o Estado fracassa’. O autor sustenta que “a medida que aspectos de crise ambiental e outro se fizeram aparentes, cidadãos tornam-se crescentemente frustrados com o governo e ávidos por organizar suas próprias iniciativas”.

A proliferação desses grupos pode alterar permanentemente a relação entre os Estados e seus cidadãos, com impacto muito maior do que os resultados dos serviços para os quais foram criados. Praticamente todos os movimentos sociais dos Estados Unidos, por exemplo, seja por direitos civis, preservação do meio ambiente,

direitos do consumidor, das mulheres ou daqueles que defendem causas conservadoras, têm suas origens no Terceiro Setor (SALAMON, 1997).

Sendo assim, este trabalho busca por meio de pesquisa bibliográfica, assuntos que convirjam para a compreensão da importância da Amazônia e a relevância de projetos socioambientais por parte do ou junto ao Terceiro Setor, com destaque à porção brasileira, buscando recursos financeiros para aplica-los à estes projetos, com intuito de auxílio para manter esta região protegida, visando seu desenvolvimento sustentável.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1. Objetivo Geral**

Destacar a importância da Amazônia no seu contexto regional, nacional e global e identificar os recursos e mecanismos financeiros disponíveis para apoiar projetos socioambientais sustentáveis na sua porção brasileira, por parte do chamado terceiro setor.

### **2.2. Objetivos Específicos**

- i. Fornecer uma breve abordagem da complexidade dos aspectos ambientais, sociais e econômicos da Amazônia brasileira;
- ii. Relatar a história do Terceiro Setor e sua importância para desenvolvimento de projetos socioambientais;
- iii. Localizar recursos e mecanismos financeiros destinados a projetos socioambientais aplicáveis à Amazônia;
- iv. Analisar exemplos de projetos socioambientais desenvolvidos por organizações não-governamentais na Amazônia;

### 3. JUSTIFICATIVA

Ao iniciar o curso de Engenharia Ambiental na Universidade Federal do Paraná – UFPR, inúmeras disciplinas dos mais variados assuntos relacionados ao meio ambiente e suas ciências foram abordados.

Em meio a esta jornada, uma nova grade foi instituída no intuito de agregar mais conhecimentos ao aluno e assim, torná-lo apto a decidir o rumo de sua vida profissional.

No caso particular, a jornada final foi constituída por disciplinas optativas com temas mais abrangentes e também específicos que incluíam o meio socioambiental, por exemplo, Gestão Ambiental.

Neste mesmo período, surge uma grande oportunidade como incentivo à direção da carreira profissional: conhecer e criar relação com uma instituição do terceiro setor, Instituto Soka – Centro de Pesquisas e Estudos Ambientais do Amazonas – CEPEAM, localizado em Manaus – AM.

No sítio eletrônico do instituto consta que *“Cada indivíduo é conectado a outro por meio de uma teia neural que interliga todos os seres do universo. A física quântica comprovou a existência desta rede e a manutenção de sua complexa estruturação depende de cada um de seus agentes atuar de forma a oferecer equilíbrio e estabilidade”*. O CEPEAM foi criado com este fim: oferecer possibilidades de manutenção deste equilíbrio e estabilidade.

Fiel aos princípios norteadores estabelecidos em seus objetivos desde a fundação, o Cepeam foi concebido para ser o *local ideal, voltado ao estudo e à conscientização*. Os projetos que abriga são: Educação Ambiental, Palestras e Seminários para Conscientização, Reflorestamento, Coleta e Registro de Dados Científicos, Manutenção e Exploração do Sítio Arqueológico, Análise Química e Física do Solo Terra Preta de Índio, Iniciação Científica, Incentivo ao Plantio de Espécies Oleaginosas<sup>1</sup>, Produção de Mudas, Agenda 21 e Parcerias.

---

<sup>1</sup> As oleaginosas são plantas que contém um alto teor de óleo, tanto a partir de suas sementes (soja, colza/canola, girassol) como a partir de seus frutos (palma, babaçu, coco), podendo ser utilizadas para a produção de óleo vegetal; *Caracterização de Diferentes Oleaginosas para a Produção de Biodiesel*, STPC Engenharia de Projetos, 2006.

Para contemplar as expectativas da instituição o presente autor realiza este estudo que servirá como início à uma compreensão mais aprofundada da região amazônica e assim poder contribuir com mais eficácia nos complexos trabalhos desenvolvidos na Amazônia. Sendo assim, “*fund raising*” ou literalmente, ‘buscador de fundos’ será um dos trabalhos os quais poderá ser-lhe atribuído.

Este projeto de pesquisa foi desenvolvido visando proporcionar benefícios vinculando os mecanismos financeiros multivariados com a importância de aplicá-los em projetos socioambientais, no intuito de preservar um meio ambiente sustentável às atuais e futuras gerações. Busca, também, registrar a importância do conhecimento multidisciplinar para aplicá-los de forma criativa em aspectos ambientais.

#### **4. METODOLOGIA**

Este trabalho foi motivado por alguns fatores: a preocupação, “descoberta” e identificação do presente autor com o tema abordado; a necessidade de busca e atualização das fontes e mecanismos de recursos financeiros; e o incentivo pelas possibilidades de entrada no mercado de trabalho em referido setor.

Para tanto, este trabalho é iniciado por uma pesquisa bibliográfica, através de livros, artigos e conteúdos on-line da internet, abordando brevemente sobre os complexos aspectos social, biológico e econômico referentes à região amazônica. Tais como, recursos hídricos, desmatamento, mudanças climáticas, civilização indígena, ribeirinhos, comércio de madeira e mineração. Da mesma forma, é introduzido o conceito, a história e a necessidade do trabalho das organizações não-governamentais – ONGs no mundo.

Sequencialmente, para fortalecer o entendimento e relevância das questões ambientais formuladas até o tempo atual, é abordado de forma descritiva um conteúdo histórico-ambiental, através de principais convenções e protocolos formulados até a presente data. Segue um esforço de atualização, caracterização e listagem das fontes de recursos financeiros disponíveis à Amazônia Legal, bem como uma breve explicação sobre os mecanismos existentes para arrecadação financeira.

Como forma de expor resultados, é retirado das fontes de recursos supramencionadas, alguns exemplos de projetos socioambientais aplicados à Amazônia Legal. A conclusão arremata esse estudo de caráter exploratório.

## **5. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **5.1. A Importância da Amazônia**

Com o agravamento dos problemas ambientais em nível global, como as queimadas de florestas na Amazônia, o aumento de gás carbônico na atmosfera e seu consequente efeito no aquecimento do Planeta, o crescimento do buraco de ozônio sobre o pólo sul, o avanço das fronteiras agrícolas, em detrimento das áreas naturais e etc., tem aumentado muito o interesse dos pesquisadores e de toda a mídia em denunciar tais fatos e procurar soluções (CUTINHO, 2006).

Coutinho (2006) ainda cita Hoekstra et al. (2005) onde ressaltaram que, “além de uma ‘crise de extinção’, ao nível de espécies, existe uma crise mais ampla, a ‘crise dos biomas’, muito mais grave, pois, resulta da destruição dos ambientes naturais, onde as espécies surgiram e se desenvolveram. Com a destruição de seus habitats naturais, elas fatalmente desaparecerão”.

#### *5.1.1. Aspectos Ambientais*

A Amazônia é uma floresta tropical úmida que se estende pela bacia hidrográfica do rio Amazonas, uma vasta área tropical natural, com área de aproximadamente 6,74 milhões km<sup>2</sup>, que se estende por oito países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Venezuela. O bioma Amazônia é quase do tamanho da bacia, com 6,7 milhões de km<sup>2</sup> (Figura 1). A maior parte desse bioma – 60,1% – está em território brasileiro. Para se ter uma ideia de sua grandiosidade, se a Amazônia fosse um país, seria o sétimo maior do mundo (*Site WWF Brasil*).

Pela Lei nº 12.651, entende-se por Amazônia Legal os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13° S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44° W, do Estado do Maranhão (BRASIL, 2012).

Figura 1: Limites do Bioma Amazônia, Amazônia brasileira e a Amazônia Legal.



Fonte: <http://www.megatimes.com.br/2013/03/amazonia-hileia-amazonica.html>

### Reserva de Água

Os recursos de água doce constituem um componente essencial da hidrosfera da Terra e parte indispensável de todos os ecossistemas terrestres. O meio de água doce caracteriza-se pelo ciclo hidrológico, que inclui enchentes e secas, cujas consequências se tornam mais extremas e dramáticas em algumas regiões. A mudança climática global e a poluição atmosférica também podem ser um impacto sobre os recursos de água doce e sua disponibilidade e, com elevação do nível do mar, ameaçar áreas costeiras de baixa altitude e ecossistemas de pequenas ilhas (Brasília, 1995: AGENDA 21, p. 267).

Ratificando a importância da água, Chow (1988) afirma que a “água é a substância mais importante na Terra, o principal constituinte de todas as formas de vida e a maior força que constantemente remodela a sua superfície. É também, o fator chave de como condicionar o ar para a existência humana e influencia no progresso da civilização na Terra”.

Chow (1988), também mencionam sobre a quantidade de água no planeta Terra sendo 96,5% estando no oceano, 1,7% em geleiras, 1,7% águas subterrâneas e apenas 0,1% de água doce disponível na superfície como exposto na Figura 2.

Figure 2: Gráfico de Pizza para visualização de percentuais disponíveis de água na Terra; Água doce disponível quase não aparece devido a sua reduzida quantidade.



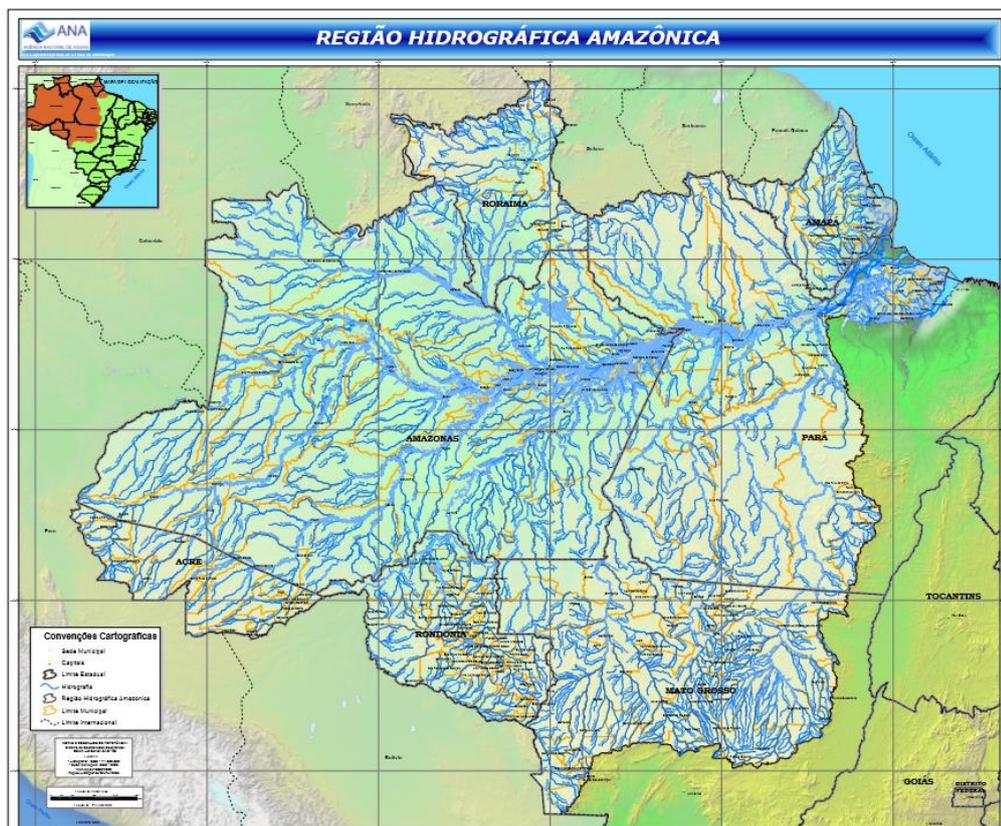
Fonte: Autoria própria.

Pelo *site* da Agência Nacional de Águas - ANA (2015) a Região Hidrográfica Amazônica é constituída pela bacia hidrográfica do rio Amazonas situada no território nacional, pelas bacias hidrográficas dos rios existentes na Ilha de Marajó, além das bacias hidrográficas dos rios situados no Estado do Amapá que deságuam no Atlântico Norte (CNRH, 2003), perfazendo um total de 3.869.953 km. A agência afirma também que a bacia hidrográfica do rio Amazonas é constituída pela mais extensa rede hidrográfica do globo terrestre, ocupando uma área total da ordem de 6.110.000 km<sup>2</sup>, desde suas nascentes nos Andes Peruanos até sua foz no oceano Atlântico (na região norte do Brasil). Esta bacia continental se estende sobre vários países da América do Sul: Brasil (63%), Peru (17%), Bolívia (11%), Colômbia (5,8%), Equador (2,2%), Venezuela (0,7%) e Guiana (0,2%).

A revista Almanaque do Brasil (2008, página 292) ensina os escolares que “o Brasil concentra em torno de 12% da água doce do mundo disponível em rios e abriga o maior rio em extensão e volume do Planeta, o Amazonas”, como mostra a Figura 2.

Em termos de recursos hídricos, a contribuição média da bacia hidrográfica do rio Amazonas, em território brasileiro, é da ordem de 132.145 m<sup>3</sup>/s (73,6% do total do País). Adicionalmente, a contribuição de territórios estrangeiros para as vazões da região hidrográfica é da ordem de 76.000 m<sup>3</sup>/s. As maiores demandas pelo uso da água na região ocorrem nas sub-bacias dos rios Tapajós, Madeira e Negro, e têm por finalidade o uso para abastecimento humano e dessedentação animal, representando respectivamente 33% e 32% da demanda total da região, que é de 78,8 m<sup>3</sup>/s. De um modo geral, os consumos estimados são pouco significativos quando comparados com a disponibilidade hídrica por sub-bacia (ANA, 2015).

Figure 3: Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas: porção brasileira



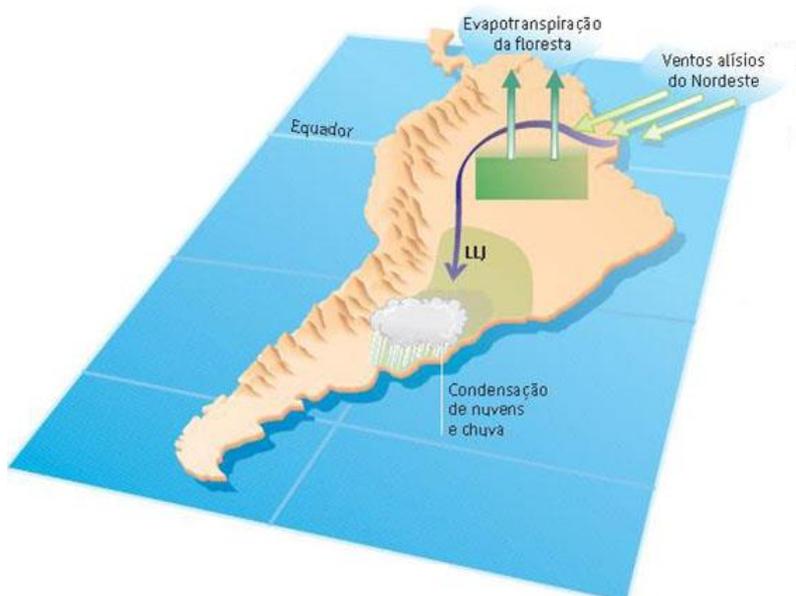
Fonte: <http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/amazonica.aspx>

Este bem natural, a água, leva grande importância, pois é recurso essencial não apenas para consumo direto, como também indiretamente na indústria e principalmente para agricultura. Ou seja, para quase tudo que conhecemos existe o papel da água neste processo.

Em termos nacionais, relata Fearnside (2004), com ilustração pela Figura 4, “pode-se observar a importância da floresta amazônica na ‘oferta de água’ em outras regiões do país em que se constata que a conversão de áreas de floresta em pastagem aumenta dramaticamente o escoamento superficial da água das chuvas”.

Ou seja, a manutenção da água e conseqüentemente da região amazônica, torna-se mais evidente quando colocado como problemas para o desenvolvimento econômico da Nação.

Figure 4: O vento ‘jato de baixa altitude sul-americano’.



Fonte: Fearnside, 2004.

## Biodiversidade

O conceito de biodiversidade inclui todos os produtos da evolução orgânica, ou seja, toda a vida biológica no planeta, em seus diferentes níveis – de gens até espécies e ecossistemas completos –, bem como sua capacidade de reprodução. Corresponde à ‘variabilidade viva’, ao próprio grau de complexidade da vida,

abrangendo a diversidade entre e no âmbito das espécies e de seus habitats (ALABAGLI, 2001).

Amazônia brasileira tem um número grande de espécies, embora, para muitos grupos, tanto os membros e as distribuições são mal conhecidos. Esta biodiversidade tem valor significativo tanto em termos de utilidade tradicional como em termos de valor de existência (FEARNSIDE, 2006).

A diversidade da vida é elemento essencial para o equilíbrio ambiental planetário, capacitando os ecossistemas a melhor reagirem às alterações sobre o meio ambiente causadas por fatores naturais e sociais, considerando que, sob a perspectiva ecológica, quanto maior a simplificação de um ecossistema, maior a sua fragilidade. A biodiversidade oferece também condições para que a própria humanidade se adapte às mudanças operadas em seus meios físico e social e disponha de recursos que atendam a suas novas demandas e necessidades. Historicamente, as áreas de aproveitamento de recursos genéticos e biológicos têm sido inúmeras, destacando-se a alimentação, a agricultura e a medicina, dentre outras aplicações (ALBAGLI, 2001).

A sociedade brasileira recebe anualmente a estimativa de perda de floresta na Amazônia, a qual é realizada com o uso de imagens de satélite e medida em quilômetros quadrados. O que não se conhece é o quanto de recursos naturais se perde a cada quilômetro quadrado de floresta destruída. Felizmente, pesquisas recentes sobre a densidade de alguns grupos de organismos na Amazônia permitem-nos uma primeira estimativa da magnitude real da tragédia causada pelo desflorestamento registrado no último ano na região: cerca de 26.130 km<sup>2</sup> (VIEIRA et al, 2005, p. 154).

Mittermeier (2003, apud VIEIRA et al, 2005) afirma que as plantas atingem uma extraordinária biodiversidade na Amazônia. Estima-se que a região abrigue cerca de quarenta mil espécies vasculares de plantas, das quais trinta mil são endêmicas à região. Um estudo de Ter Steege (2003) estima que na região do arco do desmatamento, o número de árvores em 1 km<sup>2</sup> de floresta pode variar de 45 mil a 55 mil. Multiplicando-se estes valores pela área desflorestada entre 2003 e 2004, estima-se que entre 1.175.850.000 e 1.437.150.000 árvores foram cortadas nesta região (VIEIRA, et al, 2005, p. 155).

Sobre as aves na Amazônia, estima-se que abrigue mais de mil espécies e que, em um único quilômetro quadrado de floresta amazônica, podem ser registradas 245-248 espécies (VIEIRA et al, 2005, p. 155). Peres e Dolman (2000) em estudos feitos em várias regiões da Amazônia mostram que a densidade de primatas varia bastante na região.

Concluindo, Vieira (2005, p. 156) afirma: “A perda de biodiversidade é a principal consequência do desflorestamento na Amazônia e é totalmente irreversível. Sempre é possível evitar a erosão dos solos e recuperar corpos d’água e ciclagem de nutrientes utilizando sistemas ecológicos simplificados, mas é impossível trazer de volta espécies extintas”.

Estudos recentes mostram que as espécies na Amazônia não são amplamente distribuídas, pois elas são restritas (VIEIRA, 2005, apud CRACRAFT, 1985).

Da coordenação de pesquisa em Ecologia do INPA, Fearnside (2006) anuncia que o desmatamento inclui a perda de oportunidades para o uso sustentável da floresta, incluindo a produção de mercadorias tradicionais tanto por manejo florestal para madeira como por extração de produtos não-madeireiros. O desmatamento, ademais, sacrifica a oportunidade de capturar o valor dos serviços ambientais da floresta. A natureza não sustentável de praticamente todos os usos de terra implantados, numa escala significativa em áreas desmatadas, faz com que as oportunidades perdidas de manter a floresta de pé sejam significativas a longo prazo. Acrescenta que os serviços ambientais providos pela manutenção da floresta são muitos. Três grupos de serviços provêm ampla justificativa para manter áreas grandes de floresta: biodiversidade, ciclagem de água e armazenamento de carbono.

A floresta amazônica tem uma série de ligações de retroalimentação com e mudança climática que representa uma ameaça séria à existência da floresta e para a continuação de seus serviços ambientais. Um mecanismo é por perda de evapotranspiração, assim reduzindo a precipitação a ponto em que a floresta deixa de ser o tipo de vegetação favorecido pelo clima da região (FEARNSIDE, 2006, *apud* SHUKLA et al., 1990).

## Mudança Climática

Como afirma Figueroa e Nobre (1990, citado por FISCH et al, 2004), a convecção na região Amazônica é um importante mecanismo de aquecimento da atmosfera tropical e suas variações, em termos de intensidade e posição, possuem um papel importante na determinação do tempo e clima desta região. A liberação de calor durante a época chuvosa é tipicamente de 2,5 K/dia, o equivalente à uma precipitação de 10 mm/dia.

Algo também importante é a frequência no fenômeno El Niño, Fearnside (2006) reforça este fato por Barbosa & Fearnside (1999) onde afirmam que “o fenômeno El Niño causa secas na Amazônia e, por sua vez, provê condições para incêndios destrutivos como os que ocorreram em Roraima 1997-1998”.

O debate sobre mudanças climáticas na Terra vem sendo discutido em vários artigos e cada qual defende basicamente dois pontos de vista antagônicos; o planeta aquece por ações antropogênicas ou por ações naturais.

Por um lado, alguns cientistas atribuem o aquecimento global as ações antrópicas pois estudos do Painel Internacional de Mudanças Climáticas (IPCC) apresentou resultados de um trabalho que contou com cerca de 300 cientistas de 20 países confirmando uma variação positiva da temperatura entre 0,3 e 0,6 por década. O aquecimento foi mais intenso entre 1920 e 1940 e de 1975 até 1990 (RIBEIRO, 2002).

Por outro lado, há quem seja cético no que diz respeito à mudança de temperatura global pela ação do homem. Eurola (2003), expõe a visão de um geólogo, por ser o cientista que pesquisa, entre outros temas, o passado da Terra afirmando que “Durante a história de 4,5 bilhões de anos do nosso planeta ocorreram várias mudanças climáticas radicais. Longos períodos de clima estável foram sucedidos por glaciações e estes, por sua vez, por efeito-estufas. Estes períodos quentes ocasionaram até desertificações de amplas áreas continentais. Estes eventos têm provocado também consequências biológicas. As mudanças climáticas têm extinguido muitas espécies e favorecido outras”.

Ainda que a visão dos cétricos seja relevada, o princípio da precaução mundialmente reconhecido tende a prevalecer sobre o modo como a humanidade vem usando e se apropriando dos recursos naturais.

### 5.1.2. Aspectos Sociais

Levando em consideração a Amazônia, ao pensar sobre seus residentes, não apenas na ótica de estrangeiros mas também de brasileiros, pensa-se quase que imediatamente na figura do indígena. Contudo, ainda há muitas populações as quais também dividem o bioma em seus territórios e em várias formas de vida. São as populações ribeirinhas, seringueiros, garimpeiros, pescadores, operários e executivos de empresas nacionais e internacionais que conformam um quadro populacional complexo e diversificado.

Expondo o conhecimento, Heck et al (2005), dissertam que “na região amazônica vivem cerca de 180 povos indígenas, somando uma população de aproximadamente 208 mil indivíduos, além de 357 comunidades remanescentes de quilombolas e milhares de comunidades de seringueiros, ribeirinhos ou babaqueiros”.

Projeções feitas a partir de documentos e de pesquisas arqueológicas estimam a população indígena, por ocasião da conquista – ano de 1500 –, entre três e cinco milhões de pessoas, na Amazônia brasileira (HECK et al, 2005). E depois de muitos obstáculos – missão jesuítica da época, guerra, escravidão e doenças – estes povos, mesmo após tomar coragem e se assumirem depois de tais barbáries, foram reduzidos para 734.131 pessoas que, particionadas em terras indígenas e urbanas, vivem buscando sua subsistência física e cultural.

A timidez com que se configurava a territorialização da Amazônia foi quebrada a partir da descoberta do processo de vulcanização da borracha, mas foi nos anos de 1877 – 1879 que se vivenciou o primeiro movimento migratório para a Amazônia, motivado principalmente pelas secas que assolavam o nordeste brasileiro. A chegada dessa grande massa humana na região mudou sobremaneira a configuração territorial da Amazônia (DA SILVA; SILVA).

Os autores comentam que a constituição dos seringais, nem sempre se fazia de maneira amistosa. Assim, esse novo espaço configurava-se mediante muitos conflitos, principalmente, com as tribos indígenas, no qual os seringalistas para expandir ou colocar novos seringais dizimaram tribos inteiras, onde, na maioria das vezes, utilizando-se do método de extermínio. E, no decorrer de seu estudo,

completam discorrendo sobre o modo de vida destes seringueiros que eram explorados por seus patrões, ao mesmo tempo em que criavam uma relação conservacionista e particular com a floresta que era passada de geração a geração.

A composição das comunidades amazônicas aos moldes atuais deve ser entendida como portadoras de determinações dos modelos anteriores de aldeamentos indígenas, assim como o modo de vida dos grupos sociais ribeirinhos que comporta uma intensa relação desses agentes com o meio circundante (SILVA, 2007).

No final da década de 1970, destaca Santos e Soares (2016) “com a descoberta do garimpo de Serra Pelada no Pará, dá-se início ao ‘segundo ciclo do ouro amazônico e brasileiro’”. E Pinto (1993), comenta que “esse momento proporcionou aquilo que conhecemos por corrida do ouro”. Os Santos e Soares (2016) completam dizendo que “nesse mesmo período, vários outros garimpos na Amazônia foram redescobertos e a Amazônia torna-se o foco das migrações de trabalhadores e trabalhadoras para essas áreas auríferas e, por sua vez, essas migrações não foram desprovidas de interesses econômicos e políticos do governo brasileiro”.

### *5.1.3. Aspectos Econômicos*

A afirmação de que Amazônia projeta possíveis benefícios em relação a seu aspecto econômico pode ser constatada de várias formas. Uma delas é referente a sua internacionalização, como afirma Dias (2005), “atualmente, entre os diversos seguimentos da sociedade preocupados com esta questão encontram-se análises que assumem visões distintas sobre a internacionalização: uma funciona pela noção de território, ligando-se a ideia de Estado-Nação; e outra opera pela noção de capital e é crítica à transformação da economia”.

Dias (2005), ainda explica estas duas visões dizendo que “os defensores da hipótese de perspectiva do território, principalmente os militares brasileiros, argumentam que as reservas de energia e de água do planeta estão próximas do esgotamento e que o potencial da floresta amazônica resultará, inevitavelmente, em futuras investidas das grandes potências mundiais sobre o território brasileiro”. Ainda reforça o argumento da desconfiança dos territorialistas exemplificando com um dos

discursos de autoridades estrangeiras como a fala de Pascoal Lamy<sup>2</sup> quando se referiu as florestas tropicais do mundo como ‘bens públicos mundiais’ que deveriam ser submetidos a uma ‘gestão compartilhada’”. E, do ponto de vista do capital, que “a internacionalização já está acontecendo por mecanismos mais atuais e refinados ligados à exploração econômica... .. os inimigos – interesses transnacionais – já estariam em território amazônico representados pela indústria madeireira, mineradoras, farmacêuticas e de sementes”.

## 5.2. O Terceiro Setor

Souza (2006) discorrendo sobre uma das definições de políticas públicas cita Peters (1986), “política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”.

Ao analisar os estilos políticos, em destaque para o Brasil, Frey (1997) conclui que “as peculiaridades socioeconômicas e as políticas das sociedades em desenvolvimento não podem ser tratadas apenas como fatores institucionais e processuais específicos, mas é preciso uma adaptação do conjunto de instrumentos da análise de políticas públicas às condições peculiares das sociedades em desenvolvimento”.

Diante das dificuldades do setor público, pôde-se observar um novo setor emergindo. Pressões para ampliar o setor voluntário parecem vir de três origens distintas: de baixo, na forma de movimentos populares espontâneos; de fora, através de várias instituições públicas e privadas; e de cima, sob a forma de políticas do governo (SALAMON, 1997).

Sobretudo, de França Filho (2002) buscando enquadrar este termo – terceiro setor – exemplifica que “é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica, particularmente impregnada pela ideia de filantropia. Essa abordagem identifica o terceiro setor ao universo das organizações sem fins lucrativos (*non-profit organizations*). No formato jurídico, o *non-profit sector*, também conhecido como *voluntary sector*, é

---

<sup>2</sup> Na época da fala, comissário de comércio da União Europeia e, quando citado (2005), diretor-geral da Organização Mundial do Comércio – OMC.

particularmente ligado ao contexto norte-americano, no qual a relação com uma tradição de Estado social não aparece como primordial na sua história”.

No interior desse campo (non-profit sector) as organizações apresentam cinco características essenciais: elas são formais, privadas, independentes, não devem distribuir lucros e devem comportar um certo nível de participação voluntária (SALOMON e ANHEIER, 1992).

As forças mais novas e talvez mais importantes da sociedade civil global chamam-se organizações não governamentais – ONGs (HART e NEGRI, 2008). Os autores ainda alegam que termo ONG não recebeu uma definição rigorosa e define como “qualquer organização que pretenda representar o povo e trabalhar em seu interesse, à parte das estruturas do estado, e geralmente contra ele”. Assim, concluem que “para muita gente, com efeito, as ONGs são sinônimo de 'organizações do povo' porque o interesse do povo é definido como distinto do interesse do Estado”.

No Brasil, explica Costa (2001), “assim como em outros países, observa-se o crescimento de um ‘terceiro setor’ coexistindo com os dois setores tradicionais. O primeiro setor – aquele no qual a origem e a destinação dos recursos são públicas, corresponde às ações do Estado – e, o segundo setor – correspondente ao capital privado, sendo a aplicação dos recursos revertida em benefício próprio. O terceiro setor constitui-se na esfera de atuação pública não-estatal, formado a partir de iniciativas privadas, voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido do bem comum”. Assim, o autor completa que nesta definição, agregam-se, estatística e conceitualmente, um conjunto altamente diversificado de instituições, no qual incluem-se organizações não governamentais, fundações e institutos empresariais, associações comunitárias, entidades assistenciais e filantrópicas, assim como várias outras instituições sem fins lucrativos.

Salamon (1997) ainda questiona “como podem ser explicados o extraordinário crescimento e abrangência deste fenômeno? ”. E responde que “a força mais básica é aquela de pessoas comuns que decidem organizar-se e tomar em suas próprias mãos a melhoria de suas condições ou a busca de direitos básicos”.

No Capítulo da Constituição da República Federativa do Brasil (art. 225, VI, 1988), promulga-se:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Esta declaração pública enaltece o sentimento humanitário comum que clama por sua continuidade.

Cardoso (2014), explicando esta nova forma de ONG, “a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP é entendida como uma instituição em si mesma, porém OSCIP é uma qualificação decorrente da Lei nº 9.790/99, regulamentada pelo Decreto nº 3.100, de 30 junho de 1999 – Lei do Terceiro Setor – onde em seu Art. 1º dispõe os critérios para pedido de qualificação como OSCIP invocando os Arts. 1º, 2º, 3º e 4º da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999”.

### **5.3. Convenções e Protocolos Ambientais**

Leis e D’Amanto (1994), buscando explicar como surge o movimento do ambientalismo exclamam que “a rigor, a crise ecológica põe em evidência o drama de toda civilização”.

Foram inúmeros os encontros, conferências, convenções e tratados até que se chegasse ao estabelecimento de políticas ambientais que pudessem mudar costumes e paradigmas, inicialmente, contra o movimento desenvolvimentista da história humana.

No paradoxo em desenvolver para sobreviver, extrair recursos naturais para desenvolver e extinguir-se pela exagerada extração de recursos naturais é que foram, paralelamente, formuladas normas de conduta para solução deste questionamento.

Pode-se datar de históricos ambientais<sup>3</sup> desde as primeiras navegações com destino as Américas e listar grandes convenções até pequenos debates ambientais. Contudo, para efeito deste trabalho, um acontecimento histórico é destacado – a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92 e, ‘interno’ a ela, a Convenção sobre a Diversidade Biológica.

---

<sup>3</sup> Para um histórico mais detalhado, consultar o livro “A Grande Transformação Ambiental: Uma Cronologia da Dialética Homem-Natureza” de Marcel Bursztyn e Marcelo Persegona (2008).

Adentrando aos anais que convergem para Eco-92, Bruske (1994), relata que de forma dispersa “debates sobre os riscos da degradação do meio ambiente, que começaram nos anos 60 e ganharam no final dessa década e no início dos anos 70 uma certa densidade, que possibilitou a primeira grande discussão internacional culminando na Conferência de Estocolmo em 1972”. E, Silva (2011), destaca que “teve como ponto marcante a contestação das propostas do Clube de Roma sobre ‘crescimento zero’ para os países em desenvolvimento”.

Para as nações industrializadas que já estavam enfrentando gravíssimos problemas de poluição, a conferência tinha uma grande importância, [...]. No entanto, para as que ainda não haviam sofrido o processo de industrialização, discutir questões ambientais era algo completamente fora de propósito (CAPOBIANCO, 1992).

Sem grandes resultados e criada tensão entre países do Norte e do Sul, após Estocolmo 72, em 1989 foi convocada a mais importante reunião sobre a problemática Norte-Sul que se denominou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Na qual foi criado elementos importantes como a Agenda 21 e o Fundo Global para o Meio Ambiente, do Banco Mundial. Vale destacar, também, o conceito de desenvolvimento sustentável, forjado pelo relatório Brundtland.

Foram 179 países participantes da Rio 92 que acordaram e assinaram a Agenda 21 Global, um programa de ação baseado num documento de 40 capítulos, que constitui a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável”. O termo ‘Agenda 21’ foi usado no sentido de intenções, desejo de mudança para esse novo modelo de desenvolvimento para o século XXI.

A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (*Site MMA*, acesso em: junho, 2016).

Sobre a Rio 92, Silva (2011) também destaca algum dos resultados como: i) a adoção de duas convenções multilaterais – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima e Convenção sobre Diversidade Biológica; e ii) a sub criação de documentos de grandes princípios normativos e/ou de linhas políticas a

serem adotadas pelos governos – Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Agenda 21 e Declaração de princípios sobre Floresta.

Para o Brasil a CNUMAD teve grande importância pois, além de ser anfitrião e estar visando conquistar credibilidade junto aos investidores externos, Boeira (2003) destaca o posicionamento retórico do governo brasileiro, diante da Rio-92 e oposto a Estocolmo-72, apontando quatro fatores que o influenciou sendo i) a crise simbólica do modelo desenvolvimentista – economicista e predatório; ii) sensibilização do governo em relação aos problemas ambientais, em razão da soberania sobre 2/3 da maior floresta pluvial do mundo, sobre a qual a comunidade internacional exigia uma reavaliação; iii) existência de uma matriz energética brasileira baseada em recursos naturais renováveis – hidroelétrica e biomassa – num contexto em que a quase totalidade dos países é dependente de combustíveis fósseis ou de energia nuclear; e iv) pressão por um compromisso globalista.

Enfatizando a Convenção sobre Diversidade Biológica, o site do MMA descreve-a como um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente.

E, continua explicando, através de três bases principais – a conservação da diversidade biológica; o uso sustentável da biodiversidade; e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos – a convenção abarca tudo o que se refere direta ou indiretamente à biodiversidade. Funcionando como uma espécie de arcabouço legal e político para diversas outras convenções e acordos ambientais mais específicos, como o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança; o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura; as Diretrizes de Bonn; as Diretrizes para o Turismo Sustentável e a Biodiversidade; os Princípios de Addis Abeba para a Utilização Sustentável da Biodiversidade; as Diretrizes para a Prevenção, Controle e Erradicação das Espécies Exóticas Invasoras; e os Princípios e Diretrizes da Abordagem Ecosistêmica para a Gestão da Biodiversidade (Site MMA).

Com interesse no que resulta a Rio 92, a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo em 2002, foi convocada pela ONU com o objetivo de promover uma revisão decenal do progresso alcançado de sua implementação. Sendo seus mais significativos resultados: a inclusão da fixação ou a reafirmação de metas para a erradicação da pobreza, água e

saneamento, saúde, produtos químicos perigosos, pesca e biodiversidade; a inclusão de dois temas de difícil progresso em inúmeras negociações anteriores – Energias Renováveis e Responsabilidade Corporativa; a decisão política de criação de um fundo mundial de solidariedade para erradicação da pobreza; o fortalecimento do conceito de parcerias entre diferentes atores sociais para a dinamização e eficiência de projetos (SILVA, 2011).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) não foi uma Conferência das Partes – COP. Ela foi uma reunião convocada pelas Nações Unidas, por meio da sua Assembleia Geral, para abordar diversos assuntos. Não esteve limitada ao tema de qualquer convenção individual e não representou órgão decisório de qualquer convenção individual (Sitio Rio+20, acesso em: junho, 2016).

No contexto do processo da Rio+20, o “rascunho zero” (*zero draft*) da Conferência é fruto das negociações entre Estados-Membros, agências internacionais, organizações não governamentais e grupos políticos. O documento combina as sugestões, ideias e comentários de 643 propostas enviadas por estes países e instituições e será o principal texto a ser discutido pelos líderes mundiais na conferência para garantir um compromisso político renovado para o desenvolvimento sustentável. Esta é a primeira versão de uma série, dentro do cronograma da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20 (Sitio ONU, acesso em: junho, 2016).

Em destaque à Amazônia, o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7 é uma iniciativa do governo e da sociedade brasileira, em parceria com a comunidade internacional, que tem como finalidade o desenvolvimento de estratégias inovadoras para a proteção e o uso sustentável da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica, associadas a melhorias na qualidade de vida das populações locais. O Programa Piloto constitui o maior programa de cooperação multilateral relacionado a uma temática ambiental de importância global (MMA, sem data de publicação).

Na descrição, pelo *site* do MMA, o Programa Piloto foi proposto na reunião do Grupo dos Sete países industrializados (G-7), em Houston, Texas (EUA), em 1990. Foi aprovado pelo G-7 e pela Comissão Européia em dezembro de 1991. Em 1992,

durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92, o programa foi oficialmente lançado no Brasil.

O Banco Mundial administra o Fundo Fiduciário de Florestas Tropicais - RFT, mecanismo criado para canalizar as contribuições dos doadores, e presta assistência técnica ao Programa1.

O Ministério do Meio Ambiente – MMA é o responsável pela sua coordenação geral. O planejamento e a execução de atividades do Programa e de seus respectivos componentes envolvem uma série de parcerias, especialmente com órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, movimentos sociais, organizações ambientais e setor privado (*Site MMA*).

O programa se estruturou em torno de quatro componentes, que deram origem a 28 projetos – criação de uma política nacional de manejo de recursos naturais; áreas de conservação e gerenciamento dos recursos naturais; ciência e tecnologia; e projetos inovadores para promover o desenvolvimento sustentável em comunidades na Amazônia (*Site WORD BANK, 2012*).

## **6. MECANISMOS, RECURSOS FINANCEIROS E EXEMPLO DE APLICAÇÕES**

### **6.1. Mecanismos e Recursos Financeiros para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável**

Na intenção de direcionar um *fund-raising*, no caminho de como captar os recursos para aplicá-los em projetos destinados ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável esta seção indica as formas como aparecem estas fontes, descreve de forma categorizada onde elas estão e um breve histórico de algumas instituições, como forma de contextualização.

De acordo com Lambert (2000), “não existe uma definição rígida para os fundos ambientais. Sua estrutura, bem como o escopo de suas atividades, varia de acordo com o propósito de sua fundação”.

Sabe-se que nem todos os fundos são ambientais. Entretanto, a maioria dos fundos existentes é destinada a preservação do meio ambiente e à promoção do desenvolvimento sustentável.

Portanto, para estes fundos é importante saber que podem ser classificados de três formas:

- i. Fundos Ambientais Nacionais: costumam ser muito grandes, e oferecer uma gama completa de atividades. Alguns desenvolvem caráter realmente institucional;
- ii. Fundos que variam de acordo com local e tema: buscam a proteção de uma espécie animal ou de um ecossistema em particular;
- iii. Fundos doadores: Muitos fundos fazem doação a outros fundos. Esses fundos muitas vezes tem um componente de fortalecimento institucional da sociedade civil;

Os fundos ambientais as vezes são classificados conforme seu grau de estruturação: 'estrutura de um nível' e 'estrutura de dois níveis' (KAISER e LAMBERT, 1996 apud LAMBERT, 2000).

A estrutura em dois níveis, apesar de ser um modelo antigo, como afirma Lambert (2000) "foi criada para os fundos ambientais capitalizados por governos doadores ricos em favor de governos pobres. Todas as decisões importantes com relação ao financiamento de atividades ou projetos específicos são tomadas por uma comissão bilateral, na qual os doadores têm o direito de não-objeção. Um Comitê Técnico, frequentemente composto por ONGs, elabora projetos ou atividades a serem submetidas ao comitê bilateral, que aprova seu financiamento".

A estrutura em um único nível é muito mais interessante. Ao invés de dois comitês, opta-se por apenas um, que costuma ser denominado "Comitê Administrativo", no qual vários tipos de agentes participam: órgãos/instituições governamentais, ONGs, representações comunitárias, etc (LAMBERT, 2000).

Visto brevemente estas classificações<sup>4</sup>, no ANEXO I, descreve-se as fontes de recursos em formato categórico, como um cardápio, direcionando a busca por sua origem – Nacional e Internacional (fontes internacionais não serão distinguidas por setores e só serão inclusas quando houver recurso disponível ao Brasil) –; Público ou Privado; tipos de crédito – Bancário ou Fundo Perdido –; sobre suas exigências e

---

<sup>4</sup> Uma análise mais detalhada destas classificações pode ser encontrada no artigo "Fundos Ambientais – bem mais do que um mecanismo financeiro: uma ferramenta de gestão ambiental", elaborado para um workshop do DFID sobre ferramentas de gestão ambiental que não sejam do tipo clássico 'comando e controle'; Cuiabá, 22 e 23 de março de 2000.

contrapartidas; também, incorporado ao texto, as referências<sup>5</sup> como forma de facilitar o aprofundamento ao conhecimento destas fontes, bem como para sua busca atualizada.

Uma outra modalidade de arrecadação de recursos é o ‘comércio’ de carbono – crédito de carbono, ICMS ecológico e inserção de mecanismos de tributação ambiental.

Esses mecanismos integram os instrumentos econômicos de política ambiental cuja adoção entende-se como necessária diante das limitações evidentes dos instrumentos tradicionais de comando e controle. Os instrumentos tradicionais são regras a serem cumpridas pelos integrantes da sociedade e seu descumprimento é passível de aplicação de penalidades legais. No que se refere às questões ambientais, abrangem fiscalização e punição, licenças, zoneamentos e padrões de qualidade ambiental. Os instrumentos econômicos e, mais especificamente, os mecanismos de tributação ambiental têm sido adotados em inúmeros países nas últimas décadas (ARAÚJO, 2003 apud JÚNIOR et al, 2007).

Em consonância com essa ideia, acrescenta Júnior et al (2007), “o ICMS ecológico é a partição da cota de ICMS<sup>6</sup>, a que os municípios têm direito constitucionalmente, por meio desse mecanismo os estados fornecem compensações financeiras às municipalidades pelo custo de oportunidade gerada em função da existência de espaços especialmente protegidos em seus territórios.

Portanto, em território brasileiro, esta pode ser mais uma forma de aquisição de recursos financeiros. Ainda mais vantajosos para locais onde a prática de conservação e proteção da natureza já está ocorrendo ou pode ser implantada.

Acrescentando, o crédito de carbono é um certificado eletrônico que é emitido quando há diminuição de emissão de gases que provocam o efeito estufa, gerador de aquecimento global.

Um crédito de carbono equivale a uma tonelada de CO<sub>2</sub> (dióxido de carbono) que deixou de ser emitido para a atmosfera. Aos outros gases reduzidos são emitidos créditos, utilizando-se uma tabela de equivalência entre cada um dos gases e o CO<sub>2</sub> (MENEGUIN, 2012).

---

<sup>5</sup> Estas fontes não serão novamente citadas no capítulo de REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS no final deste trabalho.

<sup>6</sup> Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação. O ICMS é de competência dos estados e do Distrito Federal e trata-se de sua principal fonte de recursos.

O site do Banco Mundial explica que **Unidade de Financiamento de Carbono do Banco Mundial** utiliza fundos contribuídos por governos e empresas nos países da ‘Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico’ – OCDE para comprar reduções de emissões de gás de efeito estufa, comumente conhecidas como créditos de carbono, gerados por projetos em países em desenvolvimento e países com economias em transição. As reduções de emissões são compradas através de um dos ‘fundos ou instalações de carbono’ em nome do contribuinte, e no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto – CDM ou Implementação Conjunta – IC.

Para os governos ou instituições que queiram submeter seus resultados de projetos a base de crédito de carbono, segue uma lista (ANEXO II) com pequena descrição de fundos específicos para que possa apresentar o referido projeto e/ou resultado e assim ‘vendê-los’ adquirindo recurso financeiro.

## **6.2. Exemplos de Projetos Ambientais e Socioambientais Aplicados à Amazônia Legal**

Nesta seção, para análise exploratória de projetos executados através de recursos financeiros proveniente das fontes citadas na seção anterior, descreve-se o resumo de alguns projetos apoiados.

➤ Projetos concluídos por ONGs apoiados pelo Fundo Amazônia:

▪ **Nome do Projeto:** Sementes do Portal, R\$ 5.397.778,87

**Responsável:** Instituto Ouro Verde

**Apoio:** Fundo Amazônia, R\$ 5.397.778,87

**Situação:** Concluído em 2013.

**Problemática abordada:** O desmatamento da floresta, afetando áreas de preservação permanente (APP), danos aos serviços ambientais e recursos hídricos na região do Portal da Amazônia – AM, através da ocupação desordenada de terras e assentamentos rurais por meio de atividades exploratórias como madeira, garimpo e pecuária.

**Objetivos do projeto:** Recuperar áreas degradadas por meio da estruturação de bases sociais e tecnológicas – Sistemas agroflorestais, e Cadeia de produtos Florestais (coleta e venda de sementes);

**Resultados alcançados:** Através da implantação do sistema agroflorestal, o qual adentrava APPs, fez com que mais de 1200 hectares fossem preservados. Dentro destas áreas, 194 hectares foram recuperados e utilizados para fins econômicos gerando, em seus três anos de projeto, uma receita de R\$ 1.548.142,62. Redução substancial na taxa de desmatamento das regiões afetadas. Inclusão social no projeto agregando cerca de 300 pessoas, destas, 16 jovens moradores foram formados no intuito de perpetuar a ação.

Este projeto, com intuito de preservar as Áreas de Preservação Permanente – APPs que pelo Código Florestal Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012:

Consistem em espaços territoriais legalmente protegidos, ambientalmente frágeis e vulneráveis, podendo ser públicas ou privadas, urbanas ou rurais, cobertas ou não por vegetação nativa (BRASIL, 2012).

Aparentemente já deveriam estar livres de danos, porém os proponentes constataram a necessidade de realmente aplicar uma ação que fizesse a lei ser seguida.

O problema do desmatamento na região foi colocado sendo provocado por ações de grande impacto como garimpo, pecuária e exploração de madeira. Contudo, a medida implementada pela ONG foi de fornecer uma nova forma de remuneração às populações locais e estruturando técnicas diferenciadas para produção. Pois, por falta de conhecimento, muitas ações de degradação ambiental são geradas sem que haja intensão direta.

Outro resultado interessante foi de que, dos 1200ha, 194ha (aproximadamente 16%) foram reorganizados para remuneração da população gerando quase 30% do valor utilizado para implementação do projeto. Este valor não retornou para o fundo, já que o objetivo não era este, mas mostrou o quanto a interação populacional e investimento de fundos podem resolver problemas ambientais de forma mais eficazes tornando a própria população o agente de resolução.

▪ **Nome do Projeto:** Virada Verde, R\$ 19.200.000,00

**Responsável:** The Nature Conservancy do Brasil – TNC Brasil

**Apoio:** Fundo Amazônia, R\$ 16.000.000,00

**Situação:** Concluído em 2014.

**Problemática abordada:** Implantado em municípios do Mato Grosso e do Pará, Estados que apresentam recorrentemente as duas maiores taxas de desmatamento na Amazônia Legal entre 1988 e 2014, devido e estes municípios estarem ligados a atividades econômicas de exploração de madeira e pecuária/soja.

**Objetivos do projeto:** Instituição de monitoramento, controle e responsabilização ambiental e tornar acessível aos produtores a regularização ambiental de suas propriedades.

**Resultados alcançados:** 97% das áreas cadastráveis foram inscritas no Cadastro Ambiental Rural – CAR; 99,85% da proposta de geração de mapas georeferenciados; a taxa de desmatamento nos 12 municípios ao longo da execução do projeto, apesar de aumento em seis dos doze municípios, foi de 41% contra 34% de redução nos dois Estados.

A Virada Verde, chama atenção pelo volume financeiro movimentado. Dentro dos seus objetivos e forma de execução, demonstram aspectos realmente diferenciados quando se trata de uma instituição do Terceiro Setor.

Pois monitorar, controlar, responsabilizar em termos ambientais e regularizar cadastros de produtores parecem ser atribuições do setor governamental. Ainda, a proposta de geração de mapas georreferenciados, quando indisponível para o Estado, retrata um trabalho caracterizado por uma empresa privada ou direcionado a ela para evitar custos em equipamentos sem uso permanente por parte do Governo.

O resultado parece pouco satisfatório quando colocado como resolução ambiental e perde pontos quando tentado justificar pela média dos Estados.

▪ **Nome do Projeto:** Gestão Socioambiental de Municípios do Pará, R\$ 9.736.473,00

**Responsável:** Amazon – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

**Apoio:** Fundo Amazônia, R\$ 9.736.473,00

**Situação:** Concluído em 2014.

**Problemática abordada:** Como o Pará possui o quinto maior rebanho bovino do país e grande produção agrícola de grãos, o Estado é uma das unidades da federação com maior índice de desmatamento (INPE, 2014).

**Objetivos do projeto:** contribuir para a redução do desmatamento e da degradação florestal nos 11 municípios contemplados pelo projeto, a partir da mobilização de atores locais e do levantamento de dados ambientais e fundiários de propriedades rurais.

**Resultados alcançados:** 100% das áreas de extensão do projeto foram mapeadas e gerados mapas de áreas prioritárias para restauração florestal; redução no desmatamento de 44% nos municípios do projeto.

Gestão Socioambiental de Municípios do Pará, tal como o projeto Virada Verde, são de mesmo gênero de implementação. Este, por sua vez, indica quais áreas são prioritárias para restauração ambiental e contra o projeto Virada Verde, para a mesma proporção de municípios utilizou aproximadamente a metade do valor financeiro.

▪ **Nome do Projeto:** Bolsa Floresta, R\$ 29.934.645,00

**Responsável:** Fundação Amazonas Sustentável - FAS

**Apoio:** Fundo Amazônia, R\$ 19.166.347,00

**Situação:** Concluído em 2015.

**Problemática abordada:** O estado do Amazonas mantém cerca de 97% de sua cobertura florestal e quase metade da superfície do estado encontra-se sob alguma categoria de proteção, no entanto, apesar do desmatamento absoluto do Amazonas ser um dos mais baixos do Brasil, é importante atentar ao avanço da fronteira agropecuária em direção à floresta e à exploração de madeira ilegal, observados no sul do Amazonas, região que faz parte do “arco do desmatamento”. E, apesar da criação de unidades de conservação (UCs), não há garantia de conservação ambiental, sendo necessário iniciativas de gestão, fiscalização e, principalmente, valorização do ativo ambiental. Pois, a falta de alternativas

econômicas sustentáveis, faz da derrubada da floresta uma das estratégias de sustento na região.

**Objetivos do projeto:** teve como finalidade apoiar a implementação de ações do Programa Bolsa Floresta (PBF) nas modalidades renda e associação, por meio do desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis para geração de renda e melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais que vivem na floresta e o fortalecimento do protagonismo das associações de moradores e capacitação para o planejamento e a gestão de empreendimentos coletivos.

**Resultados alcançados:** cumprimento de 94% da meta de 10 mil famílias atendidas pelo PBF (40 mil pessoas); apoio de seis cadeias produtivas para rendimento local (turismo ecológico, artesanato e comércio comunitário); aumento de 97% da renda média mensal das famílias beneficiadas (de R\$ 548,00 para R\$ 1.078,00); e redução de 69% do desmatamento nas UCs implantadas (redução de 56% das demais UCs do estado no mesmo período).

A FAS é uma ONG de utilidade pública estatal e federal, criada em parceria com o Governo do estado do Amazonas e o Banco Bradesco e, posteriormente, com demais instituições (Site FAS). Além do Programa Bolsa Floresta trabalha em outros âmbitos como programa de educação e saúde e programa de soluções inovadoras.

Por se enquadrar desta forma o volume financeiro é de grande impacto. E, tal como o projeto Virada Verde, apesar de ser uma ONG trabalha aparentando ser o próprio governo.

O grande problema enfrentado é para proteger as unidades de conservação – Ucs que são abertas como roçado pelas populações ribeirinhas da Amazônia. Este programa funciona estabelecendo regras para que as famílias possam se beneficiar da bolsa.

Diferente dos demais, este projeto teve duração de cinco anos contra os três anos dos outros projetos. E, após concluído em 2015 foi renovado por mais cinco anos.

Os projetos supramencionados são realizados por ONGs apoiadas pelo fundo Amazônia. O fato de ser uma ONG é entendido que são organizações sem fins

lucrativos e, diante do volume financeiro movimentado, a única que em decreto tem a obrigação de relatar em documento sua movimentação financeira é a Fundação Amazônia Sustentável. Sendo assim, apesar dos benefícios advindos dos projetos, o formato de comprovação dos recursos ficam obscuros.

## **7. DISCUSSÃO**

A tarefa de descrever, mesmo que brevemente, a importância da Amazônia em seus contextos: ambiental, social e econômico (e por que não citar o político), é algo que por um lado é instigante, pois há tantas informações novas que é possível escrever um outro trabalho para cada contexto. Por outro lado, a tentativa de aprofundamento na leitura muitas vezes induz à desmotivação devido às vastas e distintas conclusões ou até mesmo a falta dela.

Em pesquisa feita, pode-se observar uma extensa gama de estudos sobre os problemas ambientais na Amazônia. Há informações da quantidade de água disponível no mundo e quanto é disponível em cada região, complexas metodologias de quantificação e qualificação das espécies em termos de biodiversidade e incontáveis documentos, tanto pró quanto contra, sobre o aquecimento global, efeito estufa e demais formas como se apresenta o problema atmosférico.

Pela expressiva quantidade de dados e resultados obtidos em referidos documentos, é certo que estão interligados e afetam-se “simbioticamente”. Neste ponto, é positivo tamanho desempenho e esforço de pesquisa direcionada pois, através deles, são propostas novas tecnologias, leis e políticas ambientais que norteia a conduta antropogênica em relação à natureza.

Para o contexto econômico é reduzida a quantidade de informações científicas. No entanto, a evidencia da exploração dos recursos naturais, ainda hoje parece ser a prática mais comum na região.

Mesmo quando é sabido que o poder econômico natural do bioma Amazônico é relevante, talvez, a simbiose com outras áreas, apesar de evidente, é negligenciada para que o processo exploratório contemporâneo de minorias não seja afetado.

No que se refere às questões sociais são pouquíssimos documentos que retratam a relação tempo-espaço das populações amazônicas. O termo tempo-espaço, nesta discussão, pode ser interpretado por um questionamento: quem eram

as populações no passado? Quem são hoje? Onde e como estão vivendo? Estas perguntas foram feitas para direcionar a busca em descrever o contexto social.

Tratando-se da evolução e surgimento de novas entidades setoriais, não é tão difícil reconhecer o progresso que o terceiro setor ofereceu como entidade promotora de benefícios sem fins lucrativos em variadas áreas de atuação. Também é expressivo o número de organizações sendo criadas a cada momento.

Contudo, existem críticas a este seguimento com muitas delas impostas de forte argumento. Tais como Souza (2012) citando Montão (2010) “ser um setor usado pela iniciativa privada como Marketing Social para a empresa envolvida na ação”. Ou, Coutinho (2002):

A lacuna que seria ocupada por um ‘terceiro setor’ supostamente acima da sagacidade do setor privado e da incompetência e ineficiência do Estado. É comum na literatura sobre o tema classificá-lo como ‘sem fins lucrativos’. Nesta linha de raciocínio, permanece sem questionamento o fato das fundações empresariais, que financiam direta ou indiretamente algumas ONGs, fazerem uma atuação ‘direta’ em uma determinada ‘comunidade’, geralmente no mesmo espaço geográfico onde estão instaladas suas fábricas; e, não se envergonharem de pagarem baixos salários para os seus funcionários ou até mesmo em demiti-los.

Ainda, contra o setor, há críticas sobre a descentralização do Estado à assuntos sociais, direcionando-os ao terceiro setor, mesmo que as vezes desprovido de técnicos especialistas, adicionando recursos ou isentando-os de taxas e tributos.

Por outro lado, em defesa, é este que age como agente facilitador, acelerador e de forma altruística quando o Estado e/ou o setor privado não atendem as necessidades sociais, e principalmente assistindo pessoas que mais necessitam.

Assim, como visto na história, esta forma de se organizar traz resultados nas políticas públicas, bem como no auxílio direto.

No processo de assimilação sobre as fontes de recursos financeiros, é natural chegar nas políticas públicas de um país e saber como ela está inserida no contexto ambiental mundial. Este contexto, pode ser esclarecido pelo histórico dos movimentos ambientais que culminam em convenções e protocolos.

Buscando-se o entendimento de como surgem as fontes de recurso financeiro e fundos ambientais, chega-se à conclusão de que são produtos de ordem distintas. Uma provém da conscientização popular/científica que por meio de influência de suas patentes, puderam criar formas de discussão (convenções) e de normas (protocolos)

para que as questões ambientais pudessem se tornar relevante, principalmente com a corrida de expansão econômica e desenvolvimentista. A outra é puro altruísmo ambiental de pessoas e/ou famílias que dispunham capital suficiente para disponibilizar às questões ambientais ou pessoas engajadas em projetos e que sensibilizam monarcas à contribuição para causa ambiental. Assim formando fundações que disponibilizam este recurso para projetos em áreas definidas ou não.

Instituições, governos e várias entidades tem acesso a estes recursos, seja de fundo privado ou públicos.

Cabe lembrar que todas as formas de captação de recurso financeiro somam-se como alternativas para a resolução dos problemas ambientais. Sendo necessário adicionar habilidade, conhecimento e vontade para solução de tais adversidades e, as quais, muitas vezes independem de aporte financeiro.

Sobre os fundos ambientais, é importante ressaltar sua necessidade na contribuição para criação e viabilização de temas prioritários à vida na Terra. Este mecanismo torna-se uma ferramenta atraente quando diagnósticos ambientais são feitos e o único faltante é o recurso financeiro.

Sendo assim, conseguir buscar, filtrar e organizar mecanismos financeiros e fontes de financiamento, seja para qual destinação, é um trabalho árduo e que exige paciência, cautela e mais paciência. Pois, ao entender que os geradores de recursos tomam diferentes estratégias para se certificar de que estes recursos são alocados de forma íntegra, o *fund-raising* deve estar ciente de que muitos mecanismos são criados para evitar fraude. Além disso, as ferramentas utilizadas para divulgação – sites, editais, etc. – não seguem um padrão global para facilitar o trabalho de busca. Portanto, ser paciente é uma virtude indispensável.

## **8. CONCLUSÃO**

Não há como num só trabalho descrever todas as formas de interação na região amazônica. Este é um bioma extremamente complexo e que não depende apenas de registros para ser definido. Entre os aspectos mencionados no presente trabalho, pôde-se compreender que existe um sério agravamento nos problemas ambientais, principalmente pela depressão natural da floresta amazônica. E que, em

relação aos aspectos sociais e econômicos da região, ainda há muito a fazer para, junto ao aspecto ambiental, progredir de forma sustentável.

O surgimento do terceiro setor no contexto mundial expandiu e intensificou a forma de auxílio às populações que não eram atendidas pelo Estado ou pelo setor privado. Apesar das críticas fundamentadas no discurso de que o terceiro setor serve de camuflagem para os dois primeiros setores, estas entidades foram grandes benefícios criados pela humanidade. E, integrando profissionais competentes, ampliarão sua participação mundial promovendo benefícios ainda maiores à humanidade fazendo se responsabilizar quem é de dever e eliminar malícias de quem se faz “esperto”.

Criar um mecanismo financeiro para repartir os lucros provenientes da exploração da natureza e, este recurso, ser destinado à recuperação, manutenção e preservação da própria natureza é no mínimo justo. Assim, os fundos ambientais são de relevante importância quando o sistema contemporâneo é regido através do capital. Visto também a necessidade que surge quando a única variável é financeira para resolução de problemas ambientais. Assim, saber identificar as fontes de recurso financeiro, harmonizado por uma prática empática e ritmado pela intensidade dos problemas, apesar da dificuldade é uma forma eficaz para as resoluções das adversidades socioambientais.

## 9. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, C. R. “A Importância da Floresta em Pé na Amazônia”. Cartilha, 2001. Site do IPAM. Disponível em: <<<http://ipam.org.br/cartilhas-ipam/a-importancia-das-florestas-em-pe/>>>. Acesso: 22 de junho, 2016.

Agência Nacional de Águas – ANA; Site, <<<http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/amazonica.aspx>>> Acesso em: 07/10/2015.

ALBAGLI. S. “Amazônia: fronteira política da biodiversidade”. Parcerias Estratégicas – Número 12, setembro de 2001.

Ambiente Brasil; Site, <<[http://ambientes.ambientebrasil.com.br/amazonia/bacia\\_do\\_rio\\_amazonas/bacia\\_do\\_rio\\_amazonas.html](http://ambientes.ambientebrasil.com.br/amazonia/bacia_do_rio_amazonas/bacia_do_rio_amazonas.html)>> Acesso em: 08/10/2015.

BECKER. B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados** 19 (53), 2005. BRASIL. Constituição, 1988.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Casa Civil, Brasília, 25 de maio de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

BRITO, M. C. W. “Área Naturais Protegidas e Dimensão Internacional. *Unidades de Conservação – Intenções e Resultados*. 2ª ed. Capítulo 1, p. 19. São Paulo, Annablume: Fapesp, 2003

BRUSKE, F. J. “A Economia da Sustentabilidade: O Problema do Desenvolvimento Sustentável”, **Desenvolvimento e Natureza: Estudos Para Uma Sociedade Sustentável**. Instituto de Pesquisas Sociais – Fundação Joaquim Nabuco, PARTE 1, p. 29. Recife, 1994.

CAPOBIANCO, J. P. “O que Podemos Esperar da Rio 92?”. São Paulo em Perspectiva, 6 (1 - 2):13 – 17, janeiro/junho, 1992.

CARDOSO, U. C. Oscip: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, **Série: Empreendimentos Coletivos – SEBRAE**. Brasília, 2014.

CHOW. V. T. Applied Hydrogoly. **International Edition**, McGraw-Hill Book, Singapore. 1988.

COSTA, C. S. et al. Terceiro Setor e Desenvolvimento Social. **RELATO SETORIAL**. Nº 3 AS/GESET, 2001.

COUTINHO, J. “Desmistificando o Terceiro Setor”. Resenha de Carlos Montão - Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. Editora Cortez. São Paulo, 2002.

DA SILVA, A. C. G; SILVA, J. C. “Seringueiros Na Amazônia” \_\_\_\_\_.

DA SILVA, E. C. L. “A dinâmica das relações comunitárias na Amazônia: estudo de caso das formas de ajuda mútua praticadas na comunidade ribeirinha de Tauarú no município de Tabatinga-AM”. Dissertação de Mestrado. Manaus, 2007.

DELGADO, R. C. et al. Tendência Climática De Aumento Da Temperatura Mínima E Da Pressão De Saturação Do Vapor D'água Na Amazônia Ocidental. **Enciclopédia Biosfera**. V. 8, N. 15. 2012.

DE FRANÇA FILHO, G. C. “Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: Traçando Fronteiras Conceituais”. BAHIA ANÁLISE & DADOS, SEI v.12 n. 1 p 9 – 19, Salvador, junho, 2002

DIAS, S. “A Internacionalização Imaginada da Amazônia”. Publicado em 10/08/2005 no site: <<<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/08/06.shtml>>>. Acesso em 16 de junho, 2016.

EUROLA, T. T. MUDANÇAS CLIMATICAS GLOBAIS: Passado, presente e futuro. Santa Catarina, 2003.

FEARNSIDE, M. p. “Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle”. **ACTA AMAZONICA**, V. 36(3) jan.-mai. 2006.

FISCH, G. et al. CLIMA DA AMAZÔNIA. Site: << <http://mtc-m15.sid.inpe.br/col/cptec.inpe.br/walmeida/2004/12.15.15.11/doc/fish.html> >> Acesso em: 08/10/2015.

FREY, K. "Políticas Públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil" - Tese de doutorado (1997).

HADDAD, P. R. Fundos de Financiamento Socioambiental: quais são, onde estão e como acessá-los. **Biodiversitas**, Nº 3, Apresentação, Belo Horizonte, Dezembro/2010.

HART, M. e NEGRI, A. "Império". Record, 8.edição, p. 58. Rio de Janeiro, 2008.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. "Disponibilidade e Distribuição", **ALMANAQUE DO BRASIL**, v. 2, p. 292, 2008.

JUNIOR, A. M. N. et al. "Estratégias e Ações para a Implementação do ICMS Ecológico por Meio da Co-Produção do Bem Público". **Revista de Negócios**, v. 12, n. 3, p. 62 - 73, Blumenau, julho/setembro 2007.

LAMBERT, A. "Bem mais do que simples mecanismos financeiros: uma ferramenta de gestão ambiental". Elaborado para o workshop do DFID sobre Ferramentas de gestão Ambiental que não sejam do tipo clássico de "comando e controle". Cuiabá (Brasil) 22-23 de março de 2000.

LEIS, H. R. e D'AMANTO, J. L. "A Economia da Sustentabilidade: O Problema do Desenvolvimento Sustentável", **O Ambientalismo Como Movimento Vital: Análise de suas Dimensões Histórica, Ética E Vivencial**. Instituto de Pesquisas Sociais – Fundação Joaquim Nabuco, PARTE I, seção 5, p. 77 - 104. Recife, 1994.

LEME, N. L. e SOTERO, J. P. Reflexões sobre o Sistema de Financiamento Ambiental no Brasil. **Série Financiamento e Fomento Ambiental no Brasil**, Brasil, V. 2, Capítulo 1, 2008.

LORENZETTI, J. V. e CARRION, R. M. "Governança Ambiental Global: Atores e Cenário". **Caderno EBAPE.BR**, p. 728 – 735, v. 10, nº 3, opinião 2, Rio de Janeiro, setembro de 2012.

MENEGUIN, F. B. "O que é o Mercado de Carbono e Como ele Opera no Brasil?". Instituto Braude. Disponível em <<<http://www.brasil-economia-governo.org.br/2012/08/13/o-que-e-o-mercado-de-carbono-e-como-ele-opera-no-brasil/>>>. Acesso em: 22 de junho, 2016.

OLIVEIRA, L. R. M. Gestão ambiental compartilhada. **Série Financiamento e Fomento Ambiental no Brasil**, Brasil, V. 2, Capítulo 2, 2008.

PINTO, J. A. “Garimpagem: contribuição ao desbravamento e a ocupação da Amazônia”. Armin, RHAAG, Regiene (org). Conseqüências da garimpagem no âmbito social e ambiental. Belém, 1993.

RIBEIRO, W.C. MUDANÇAS CLIMÁTICAS, REALISMO E MULTILATERALISMO. São Paulo, USP, 2002.

SALAMON, L. “A emergência do terceiro setor – uma revolução associativa global”, Revista de Administração, v. 33, n. 1, p. 5 – 11, janeiro/março 1998.

SALAMON, L. M; ANHEIER, H. K. “In Search of the Nonprofit Sector II: The Problem of Classification”. Working Papers of the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project, no. 3. Baltimore: The Johns Hopkins Institute for Policy Studies, 1992.

SANTOS, A. G; SOARES, F. S. “Trabalhadores do Ouro na Amazônia”. Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, 2016. Disponível <<<http://www.eumed.net/rev/cccss/2016/01/oro.html>>>. Acesso em 26 de junho, 2016.

SILVA, C. H. R. T. “Estocolmo’72, Rio de Janeiro’92 e Joanesburgo’02: as três grandes conferências ambientais internacionais”, **Boletim do Legislativo nº 6**, Núcleo de Estudos e Pesquisa do Senado. Junho, 2011.

SOUZA, C. “Políticas Públicas: uma revisão da literatura”. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

VIEIRA, I. C. G. et al. Estratégias para evitar a perda de biodiversidade na Amazônia. **ESTUDOS AVANÇADOS** 19 (54), 2005.

#### Links

<<<http://www.clubofrome.org/about-us/history/>>>. Acesso em 7 de junho de 2016.

<<<http://www.megatimes.com.br/2013/03/amazonia-hileia-amazonica.html>>>. Acesso em 24 de junho, 2016.

<<<http://www.mma.gov.br/clima/protecao-da-camada-de-ozonio/convencao-de-viena-e-protocolo-de-montreal>>>; Acesso em 7 de junho de 2016.

<<[http://www.mma.gov.br/estruturas/182/\\_arquivos/protocolo\\_verde\\_febraban\\_abril\\_2009.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/protocolo_verde_febraban_abril_2009.pdf)>>; Acesso em 7 de junho de 2016.

<<<http://www.mma.gov.br/clima/protecao-da-camada-de-ozonio/convencao-de-viena-e-protocolo-de-montreal>>>; Acesso em 7 de junho de 2016.

<<<http://www.mma.gov.br/port/sca/ppg7/capa/>>>. Acesso em: 24 junho, 2016.

<<<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>>; Acesso em 7 de junho de 2016.

<<<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>>>  
Acesso em: 05/05/2016.

<<<http://www.onu.org.br/rio20/documentos/>>>; Acesso em 7 de junho de 2016.

<<[http://www.rio20.gov.br/sobre\\_a\\_rio\\_mais\\_20/cop.html](http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20/cop.html)>>; Acesso em 7 de junho de 2016.

<<<http://www.worldbank.org/pt/news/feature/2012/07/19/ppg7-maior-programa-ambiental-brasil>>>. Acesso em 26 de junho, 2016.

## ANEXO I – Cardápio das Fontes de Recursos Descritas em Formato Categórico

### ORIGEM NACIONAL

#### Recursos Público

- O **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq** concede bolsas para a formação de recursos humanos no campo da pesquisa científica e tecnológica, em universidades, institutos de pesquisa, centros tecnológicos e de formação profissional, tanto no Brasil como no exterior. Além de promover a formação de recursos humanos em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional, o CNPq aporta recursos financeiros para a implementação de projetos, programas e redes de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), diretamente ou em parceria com os Estados da Federação.

Beneficiários: Jovens de ensino médio e superior, em nível de pós-graduação, interessados em atuar na pesquisa científica, e especialistas para atuarem em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nas empresas e centros tecnológicos.

Área temática: É criado o Conselho Nacional de Pesquisas, que terá por finalidade promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento.

Tipo de crédito: Bolsa de Auxílio, Financiamento.

Processo: Submeter propostas e solicitações em prazo determinado pelo calendário (Disponível no site).

Observações: Site com bastante informação. Regras e exigências rigorosas.

Referência: <http://cnpq.br/web/guest/pagina-inicial>;

- O **Fundo Amazônia** tem por finalidade captar doações para investimentos não-reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal, nos termos do [Decreto no 6.527](#), de 1º de agosto de 2008. Os recursos que integram o patrimônio do Fundo Amazônia

são provenientes de doações e remunerações líquidas da aplicação de suas disponibilidades. O saldo dos recursos do Fundo Amazônia não utilizados até o final de cada exercício é transferido para o exercício seguinte em proveito do mesmo Fundo, acrescidos das remunerações líquidas provenientes da aplicação de suas disponibilidades.

Beneficiários: Terceiro setor, União, Estado, Município, Universidades, Internacionais (Conforme previsto no Decreto 6.527, os projetos elegíveis pelo Fundo Amazônia devem contribuir direta ou indiretamente para a redução do desmatamento na Amazônia).

Área temática: Gestão de florestas públicas e áreas protegidas; Controle, monitoramento e fiscalização ambiental; Manejo florestal sustentável; Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação; Zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária; Conservação e uso sustentável da biodiversidade; e Recuperação de áreas desmatadas.

Tipo de crédito: Fundo não reembolsável.

Processo: A apresentação de projetos ao Fundo Amazônia é feita por intermédio do envio de Consulta Prévia, conforme modelo fornecido no documento “Orientações e Roteiro de Informações para Apresentação de Consulta Prévia ao Fundo Amazônia”.

Observações: Até 20% dos recursos do Fundo poderão ser utilizados no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

Referência: [http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site\\_pt](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt);

- O **Fundo Nacional do Meio Ambiente** criado há 26 anos, é o mais antigo fundo ambiental da América Latina. O FNMA é uma unidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA), criado pela lei nº 7.797 de 10 de julho de 1989, com a missão de contribuir, como agente financiador, por meio da participação social, para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA.

Beneficiários: Instituições Públicas pertencentes à administração direta ou indireta, em seus diversos níveis – federal, estadual e municipal – e Instituições Privadas brasileiras Sem Fins Lucrativos (que possuam, no mínimo, três anos de existência legal e atribuições estatutárias para atuarem em áreas do Meio Ambiente)

Área temática: Vide Editais.

Tipo de crédito: Financiamento à contrapartida.

Processo: (a) Demanda Espontânea, por meio da qual os projetos podem ser apresentados em períodos específicos do ano, de acordo com temas definidos pelo Conselho Deliberativo do FNMA, divulgados por meio de chamadas públicas; e (b) Demanda Induzida, por meio da qual os projetos são apresentados em resposta a instrumentos convocatórios específicos, ou outras formas de indução, com prazos definidos e priorizando um tema ou uma determinada região do país.

Observações: Para receberem apoio, deverá constar no projeto apresentado a contrapartida da instituição proponente (com exceção das instituições federais). Para instituição privada, preferencialmente, o investimento material deve ser realizado por meio da indicação de bens e serviços economicamente mensuráveis. Para o cálculo da contrapartida, os valores são anualmente estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. Para as instituições públicas da administração direta ou indireta, da esfera estadual ou municipal, a contrapartida deverá ser financeira. Não é permitida, para as referidas instituições, a apresentação de contrapartida economicamente mensurável. Para órgãos federais não é exigida contrapartida.

Referência: <http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/fundo-nacional-do-meio-ambiente/como-obter-recursos>;

## Recursos Privados

### Empresarial

- O **Grupo HSBC**, no intuito de promover a proteção ambiental, comunidade saudável e o desenvolvimento econômico, criou o programa HSBC pela

Água. Com investimento global de US\$ 100 milhões e duração de cinco anos – 2012 à 2016.

Beneficiários: Qualquer pessoa ou instituição.

Área temática: Bacias hidrográficas; acesso à água; saneamento e higiene; pesquisa em recurso hídrico.

Tipo de crédito: Crédito bancário e financiamento a fundo perdido.

Processo: Para o crédito é necessário consultar a disponibilidade e para financiamento a fundo perdido são ofertados pelos editais.

Observações: Importante entrar no site do HSBC global para consultar vias de encontrar editais de financiamento a fundo perdido.

Referência: <http://www.hsbc.com/>;

- O **Banco do Nordeste**, através do Fundo Constitucional do Financiamento do Nordeste – FNE, promove o desenvolvimento de empreendimentos e atividades econômicas que propiciem a preservação, conservação, controle e/ou recuperação do meio ambiente, com foco na sustentabilidade e competitividade das empresas e cadeias produtivas.

Beneficiários: Produtores rurais (exceto MI), empresas (exceto MI), industriais, agroindustriais, comerciais e de prestação de serviço, cooperativas de produtores rurais, associações e outras cooperativas legalmente constituídas; Municípios localizados no Semiárido ou que integre a RIDE ou Mesorregião da PNDR<sup>7</sup>;

Área temática: Uso sustentável de recursos naturais sem supressão da mata nativa (de acordo com as regras do órgão ambiental competente), recuperação ambiental e convivência com o semiárido, produção de base agroecológica, controle e prevenção da degradação ambiental, energias renováveis e eficiência energética, eficiência no uso de materiais, planejamento e gestão ambiental, adequação as exigências legais – licença ambiental e vigilância sanitária.

Tipo de crédito: Crédito à juros baixos (com carência relativa à finalidade do crédito).

Processo: Tendo cadastro e limite de crédito aprovados no Banco do Nordeste, basta apresentar o Projeto de Financiamento ou a Proposta de Crédito.

---

<sup>7</sup> RIDE: Regiões Integradas do Desenvolvimento; PNDR: Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Observações: Deve-se deixar uma garantia – Fiança ou aval, alienação fiduciária, penhor, hipoteca.

Referência: <http://www.bnb.gov.br/web/guest/programa-de-financiamento-a-conservacao-e-controle-do-meio-ambiente-fne-verde>; ou [http://www.bnb.gov.br/documents/80786/208762/Programacao\\_FNE2015\\_Janeiro/d997cda8-a6b5-440c-9dae-592ceb61cf09](http://www.bnb.gov.br/documents/80786/208762/Programacao_FNE2015_Janeiro/d997cda8-a6b5-440c-9dae-592ceb61cf09);

- O **Banco Santander (Universidades)**, através do Programa Amazônia 2020, criou o Prêmio Empreendedorismo Sustentável com o objetivo de incentivar alunos, professores e universidades da região norte do País, a desenvolverem ideias empreendedoras com ênfase na geração de negócios, na aplicabilidade de economia reversa e nos benefícios para a sociedade do entorno.

Beneficiados: Alunos de graduação e pós-graduação devidamente matriculados em uma das oito universidades participantes: UFT, UFPA, UNIFAP, UFAM, UFAC, UFRR, UFRA e UFOPA.

Área temática: Educação, esporte, cultura, preservação do meio ambiente, extrativismo sustentável e economia reversa.

Tipo de crédito: Premiação para primeiro, segundo e terceiro lugares.

Processo: Submeter projeto pelo site.

Referência: <https://www.santanderuniversidades.com.br/projetos-especiais/Paginas/programa-amazonia-2020.aspx>;

- O **Itaú Unibanco** lançou, em 2010, mais uma edição do Programa Itaú Ecomudança, que estimula e fomenta projetos de organizações sem fins lucrativos que contribuam para a redução de emissão de gases de efeito estufa – GEE. O montante investido dessa vez somará R\$ 440 mil, que corresponde a 30% da taxa de administração dos Fundos Itaú Ecomudança (fundos DI e RF).

Beneficiários: A definição dos escolhidos para receber os investimentos é feita por um conselho formado por especialistas do mercado e da área de sustentabilidade e dirigentes de renomadas instituições e do Itaú Unibanco.

Área temática: Eficiência energética; energias renováveis; manejo de resíduos; e projetos florestais.

Tipo de crédito: Financiamento a fundo perdido.

Processo: Contatar o banco para maiores informações.

Observações: O site não leva diretamente as informações diretas sobre o processo e forma de financiamento. Necessário entrar em contato com a instituição pois, parece haver mudanças anuais nos temas, formas e valores financiados, principalmente depois da fusão entre os bancos.

Referência:

<http://www.itaunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/ra/33.htm>;

## Associações

- O **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio**, é uma associação civil sem fins lucrativos, que iniciou sua operação em 1996. É um mecanismo financeiro inovador, criado para desenvolver estratégias que contribuam para a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) no Brasil. Ao longo dos seus 19 anos de operação, o Funbio atua como parceiro estratégico do setor privado, de diferentes órgãos públicos estaduais e federais e da sociedade civil organizada.

Beneficiários: Setor privado, de diferentes órgãos públicos estaduais e federais e sociedade civil organizada.

Área temática: Projetos de interesse comum das instituições parceiras, em áreas temáticas consideradas prioritárias para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade no Brasil.

Tipo de crédito: Financiamento a fundo perdido.

Processo: Vide Chamadas de Projetos (Editais no site).

Referência: <http://www.funbio.org.br/>;

## Fundações

- A **Fundação Banco do Brasil** começou a operar efetivamente em fevereiro de 1988, com a proposta de financiar projetos que buscassem soluções para problemas sociais.

Beneficiários: Vide Edital.

Área temática: Agroecologia, Agroindústria, Água, Educação e Resíduos Sólidos.

Tipo de crédito: Vide Edital.

Processo: Buscar por 'Editais e Licitações' disponível no site para informações atualizadas de temas, prazos e exigências.

Referência: <https://www.fbb.org.br/>;

- A **Fundação Grupo Boticário** nasceu em 1990 como uma das primeiras instituições ligadas à iniciativa privada voltada à conservação da natureza no Brasil.

Beneficiários: Pesquisadores, instituições e governos.

Área temática: Preservação da Natureza, Políticas públicas para conservação.

Tipo de crédito: Financiamento, apoio técnico.

Processo: Quatro modalidades de apoio: Edital de Apoio a Projetos, Edital, Biodiversidade do Paraná, Apoio a Programas e Programa de Pesquisa nas Reservas.

Referência: <http://www.fundacaogrupoboticario.org.br/pt/pages/default.aspx>;

- O **Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN** é um centro de pesquisa e documentação independente, sem fins lucrativos, sediado em Brasília, e tem como objetivo central contribuir para viabilização do desenvolvimento sustentável com maior equidade e equilíbrio ambiental.

Beneficiados: ONGs aptas a receber financiamento (lista no site).

Área temática: Meio ambiente, desenvolvimento sustentável.

Tipo de crédito: Financiamento (Vide editais).

Processo: Vide editais (site)

Referência: <http://www.ispn.org.br/>;

## ORIGEM INTERNACIONAL

- **A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional** (*United States Agency for International Development - USAID*, em inglês) criada em 1961 por John F. Kennedy, tem como missão ser parceira para acabar com a pobreza extrema, promover sociedades resilientes e democráticas.

Beneficiados: organizações religiosas e comunitárias, o setor privado, faculdades e universidades e organizações não-governamentais.

Área temática: Agricultura; Crescimento Económico; Ambientalismo; Educação; Democracia; Direitos Humanos e Governança; Empoderamento das Mulheres; Água e saneamento; e Saúde global.

Tipo de crédito: Subsídios reembolsáveis. E a fundo perdido.

Processo: Deve-se observar as regras gerais e específicas da agência para cada instituição proponente através das orientações no site e/ou por contato direto.

Observações: O site da USAID é bastante completo (inglês).

Referência: <https://www.usaid.gov/>;

- **Banco Mundial**, que surgiu da Conferência de Bretton Woods<sup>8</sup> em 1944 para atender as necessidades de financiamento da reconstrução de países devastados pela Segunda Guerra Mundial. Onde, na época, encontrava-se com nome de Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, como afirma o sítio eletrônico do Ministério das Relações Exteriores (acesso em junho, 2016).

Na matéria do *site* também consta que a medida que a estrutura desta organização foi ficando mais complexa, surgiram novas organizações para suprir a demanda não atendida pelo Banco Mundial, tais como Corporação Financeira Internacional – CFI, a Associação Internacional de Desenvolvimento – AID e para alavancar o investimento estrangeiro nos países em desenvolvimento foram criados o Centro Internacional para

---

<sup>8</sup> Para garantir a estabilidade monetária das nações. O acordo de Bretton Woods definiu que cada país seria obrigado a manter a taxa de câmbio de sua moeda "congelada" ao dólar, com margem de manobra de cerca de 1%. A moeda norte-americana, por sua vez, estaria ligada ao valor do ouro em uma base fixa (Retirado do site: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23); Acesso em: 8 de junho, 2016).

Arbitragem de Disputas sobre Investimentos - CIADI e a Agencia Multilateral de Garantia de Investimento – AMGI.

Assim, completa o *site*, o Banco Mundial tornou-se uma referência importante por suas análises e experimentos relacionados ao processo de desenvolvimento. A instituição já foi alvo de críticas, por financiar projetos que provocaram desastres ambientais ou desconsideraram impactos sociais. O Banco Mundial, entretanto, sofisticou seus procedimentos para elaboração, análise e seguimento dos projetos que financia. Para os mais pobres países em desenvolvimento do mundo, os planos de assistência do banco são baseados em estratégias de redução da pobreza.

Beneficiários:

Área temática: educação, saúde, administração pública, infra-estrutura, desenvolvimento do sector financeiro e privado, agricultura e gestão dos recursos ambientais e naturais.

Tipo de crédito: empréstimos a juros baixos, zero e créditos a juros baixos, doações aos países em desenvolvimento.

Processo:

Observações: Alguns dos projetos são co-financiados com governos, outras instituições multilaterais, bancos comerciais, agências de crédito à exportação, e os investidores do setor privado.

Referência: <http://www.worldbank.org/en/about/what-we-do>

- O **Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento** (*International Development Research Center – IDRC*, em inglês) financia pesquisas em países em desenvolvimento para criar uma mudança duradoura em grande escala.

Beneficiados: Pesquisadores e formuladores de políticas ambientais no país.

Área temática: Agricultura e ambientalismo; Economias inclusivas; tecnologia e inovação.

Tipo de crédito: Bolsa de pesquisa, financiamentos.

Processo: Enviar documentação através do site ou por correspondência.

Observações: Localizar os formulários necessários para busca e solicitação da bolsa através do site em 'Recursos' > 'Guias e formulários'.

Referência: <https://www.idrc.ca/en>;

- **Engenheiros Sem Fronteiras** (*Igénéieurs Sans Frontières*, em francês) é uma federação composta de trinta associações cujos vinte grupos são locais localizados em 60 escolas de engenharia francesas e 4 grupos temáticos de engenheiro de trabalho. Cerca de 600 membros, principalmente engenheiros e estudantes de engenharia. É equipado com órgãos internos dinâmicos e por uma coordenação nacional que oferece incentivos, desenvolvimento e acompanhamento administrativo financeiro da federação.

Beneficiados: Estudantes e profissionais de engenharia.

Área temática: Água e saneamento; desenvolvimento da agricultura; energia; Indústria extrativista; e educação de engenharia.

Tipo de crédito: Intercâmbio de tecnologias.

Processo: Associação através de preenchimento de documento com doação espontânea.

Observações: Site em francês. Não está claro se associados têm acesso à créditos sobre doações.

Referência: <https://www.isf-france.org/>;

- A **Fundação Americana para Conservação da Vida Selvagem** (*American Wildlife Conservation Foundation*, em inglês) foi idealizada em 1911 pela iniciativa de conservacionistas, com a preocupação sobre a preservação contra caça e pesca sem legislação. Apesar da longa data, se estabeleceu como fundação em 2003 com a junção de mais algumas fundações.

Beneficiados: Governos, Agencias, Universidades, Centros Naturais, Museus Naturais;

Área temática: Preservação Ictiofauna, Ecossistemas, Preservação da Natureza;

Tipo de crédito: Fundo perdido sem contrapartida.

Processo: As propostas de projetos devem ser enviadas para o comitê de concessão, liderado por John Hasenjager ([gwill@twcny.rr.com](mailto:gwill@twcny.rr.com)).

Observações: São selecionados de 6 a 8 projetos anualmente.

Referência: <http://www.awcf1911.org/index.htm>

- O **Fundo Global Greengrants** (*Global Greengrants Fund*, em inglês), é uma instituição pública de caridade que fez mais de U S\$ 45 milhões em doação a grupos locais em 163 países.

Beneficiados: Organizações recomendadas por um conselho consultivo de voluntários cadastrados.

Área temática: Proteção social e ambiental; restauração de locais e modo de vida prejudicados; e Educação Ambiental.

Tipo de crédito: Doação sem exigência de Contrapartida.

Processo: Entrar em contato com consultor no respectivo país – no Brasil é o Fundo Socioambiental CASA).

Observações: Checar com o consultor disponibilidade de doação no referido tema do projeto a ser submetido.

Referência: <https://www.greengrants.org/>;

- A **Fundação Levinson** é uma fundação privada constituída em 1955 por Max Levinson, um homem de negócios Filadélfia e filantropo.

Beneficiados: Pessoas e ONGs relacionados à ecologia e conservação do meio ambiente.

Área temática: Proteção do ecossistema, Diversidade Biológica, Eliminação de combustíveis fósseis, Resiliência e Alterações Climáticas, Oceano e florestas, Legislação ambiental, desenvolvimento social e Judaico religioso.

Tipo de crédito: Doações no montante de até U S\$ 30.000,00.

Processo: Enviar carta de reconhecimento via site na internet.

Referência: [http://www.levinsonfoundation.org/?Our\\_Mission](http://www.levinsonfoundation.org/?Our_Mission);

- O **Fundo Mundial para o Meio Ambiente** (*The Global Environment Facility* – *GEF*, em inglês) foi criado como o principal mecanismo internacional de

financiamento para projetos e programas que protejam o meio ambiente em países em desenvolvimento e em transição. Para o reestabelecimento da GEF é aprovado, e atualizado em cada convenção (última convenção até formulação deste documento foi em maio de 2015), um instrumento e emendas em que são inclusas as decisões dos órgãos governamentais das três agências implementadoras: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD<sup>9</sup>, Programa Ambiental das Nações Unidas – UNEP<sup>10</sup> e o Banco Mundial.

Beneficiários: Agências governamentais; organização da sociedade civil; empresas privadas; e instituições de pesquisa.

Área temática: Camada de ozônio, águas internacionais, biodiversidade, mudança climática e poluentes orgânico persistentes.

Tipo de crédito: Doações e financiamento a fundo perdido.

Processo: São múltiplas possibilidades de financiamento e acesso ao GEF. Existem passos para apresentar proposta de projetos.

Observações: Site do GEF é muito informativo. Ter cautela em examinar editais e possibilidades de financiamento, bem como atender critérios de participação.

Referência: <https://www.thegef.org/gef/>;

- **O Fundo Irmãos Rockefeller** (*Rockefeller Brothers Fund*, em Inglês) é uma fundação familiar privada ajudando a avançar mudança social que contribui para um mundo mais justo, sustentável e pacífico.

Beneficiados: Organizações Norte Americanas e Organizações Mundiais.

Área temática: Prática democrática, Construção da Paz, Desenvolvimento Sustentável.

Tipo de crédito: Doação.

---

<sup>9</sup> PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento): executa diversos projeto em diferentes áreas. Oferece apoio técnico, operacional e gerencial, por meio de acesso a metodologias, conhecimento, consultoria especializada e ampla rede de cooperação técnica internacional. << <http://www.pnud.org.br/> >> (Acesso em: 7 de junho, 2016).

<sup>10</sup> UNEP (*United Nations for Environment Programme* ou Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA): é a principal autoridade ambiental global que define a agenda ambiental global, promove implementação coerente da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável dentro do sistema das Nações Unidas e serve como um defensor de autoridade para o meio ambiente global << <http://www.unep.org/about/> >> (Inglês; Acesso em: 7 de junho, 2016).

Processo: Deve-se ser convidado a apresentar um projeto. Caso isso não aconteça ler as diretrizes do programa, procurar o banco de dados e atualizar-se sobre os temas que são sendo financiados.

Observações: Sobre a possibilidade de se candidatar ao financiamento, contatar em grantsmgmt [at] RBF [dot] org, antes de apresentar um pedido de subvenção.

Referência: <http://www.rbf.org/>;

- A **Fundação Weeden** tem ajudado a preservar mais de 6 milhões de acres de habitat biologicamente importantes em todo o mundo, e tem trabalhado para proteger o habitat crítico por meio de doações de centenas de organizações ambientais em sua maioria de pequeno porte.

Beneficiários: Fundações, associações, Museus, pesquisadores, instituições, governos.

Área temática: Conservação do habitat terrestre e aquático.

Tipo de crédito: Doações no montante máximo de US \$ 20.000,00.

Processo: Enviar carta de solicitação para e-mail ([info@weedenfoundation.org](mailto:info@weedenfoundation.org)) ou correio normal (35 Adams Street, Ground Floor Bedford Hills, NY 10507) com breve descrição do projeto.

Observações: Na carta deve conter um resumo do projeto com cronograma de execução.

Referência: <http://www.weedenfdn.org/default.htm>;

Segue uma lista seguinte com demais fontes internacionais que podem ser utilizados para busca por recursos:

- Asia Foundation  
<http://www.asiafoundation.org/~V>
- Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA)  
<http://www.acdi-cida.gc.ca/INDEX-E.HTM>
- Charities Aid Foundation (CAF)  
<http://www.cafonline.org/>
- Cottonwood Foundation  
<http://www.cottonwoodfdn.org>

- Banco de Desenvolvimento da América Latina  
<http://www.caf.com/es>
- Corporação Financeira Internacional  
<http://www.ifc.org/>
- Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA)  
<http://www.jica.go.jp/english/> <http://www.jica.go.jp/brazil/english/index.html>
- Fundação MacArthur (John D. & Catherine T.)  
<http://www.macfdn.org/>
- Oak Foundation <- Recursos para ONGs  
<http://www.oakfnd.org>
- Tinker Foundation  
<http://fdncenter.org/grantmaker/tinker/>

## ANEXO II – Lista com descrição de fundos específicos para projeto a base de crédito de Carbono

- **Fundo Protótipo de Carbono** (*Prototype Carbon Fund – PCF*, em inglês) é uma parceria entre dezessete empresas e seis governos, e geridos pelo Banco Mundial, o PCF tornou-se operacional em abril de 2000. Como o primeiro fundo de carbono, sua missão é a pioneira no mercado de redução de emissões de gases de efeito estufa com base em projeto, promovendo o desenvolvimento sustentável e oferecendo uma oportunidade de aprender-fazendo para os acionistas ou *stakeholders*. (Saiba mais: <https://wbcarbonfinance.org/Router.cfm?Page=PCF&ItemID=9707&FID=9707>).
- O **Fundo BioCarbon** é uma iniciativa para paisagens florestais sustentáveis e visa promover a redução dos gases de efeito estufa através do uso da terra, do desmatamento e da degradação florestal nos países em desenvolvimento, pela agricultura e também pelo planejamento, pela política e práticas de uso inteligente do solo. A iniciativa é embasada nos resultados das mudanças de paisagem para implantação do financiamento (Saiba mais: <http://www.biocarbonfund-isfl.org/>).
- O **Fundo Comunitário de Carbono para o Desenvolvimento** (*Community Development Carbon Fund – CDFC*, em inglês) foi criado para estender os benefícios do crédito de carbono para as comunidades pobres dos países em desenvolvimento que, de alguma forma, tem dificuldades em atrair investimentos em projetos internos de crédito de carbono em vista de países mais ricos. Contribuem para CDFC projetos que beneficiam comunidades pobres em seus ambientes locais, trocando assim estes resultados em certificados de crédito de carbono (Saiba mais: <https://wbcarbonfinance.org/docs/CDFC-Brochure-2013.pdf>).
- O **Carbono para o Desenvolvimento** (*Carbon Initiative for development – Ci-Dev*, em inglês) é uma iniciativa para apoiar pequenas reduções de carbono em países menos desenvolvidos, fazendo pagamento por desempenho ligados ao carbono. Está conectado, principalmente a tecnologias que forneçam acesso à energia limpa (Saiba mais: <http://www.ci-dev.org/>).